



# Educação Sob Cerco:

escolas do Grande Rio  
impactadas pela  
violência armada

Realização



Apoio



## **Instituto Fogo Cruzado / GENI-UFF / CERES**

### **Coordenação**

Daniel Hirata - GENI/UFF

Maria Isabel Couto - Instituto Fogo Cruzado

Rogério Barbosa - CERES/IESP

### **Pesquisadores:**

Ana Júlia Guimarães

Andressa Fioravanti

Gabriel Delphino

Giovanna Monteiro-Macedo

Michel Misse Filho

Tomás Paixão Borges

Valéria Cristina Oliveira

### **Edição de Texto:**

Marianna Araujo

Marília Gonçalves

## **Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF)**

Youssef Abdel-Jelil - Representante do UNICEF no Brasil

Layla Saad - Representante adjunta para Programas do UNICEF no Brasil

Flavia Antunes Michaud - Chefe do Escritório do UNICEF no Rio de Janeiro

Sonia Polonio - Chefe de Proteção contra as Violências do UNICEF Brasil

Monica Dias Pinto - Chefe de Educação do UNICEF no Brasil

Mariia Matsepa - Chefe de Planejamento, Monitoramento e Avaliação do UNICEF no Brasil

Sonia Yeo - Chefe de Comunicação e Advocacy do UNICEF no Brasil

### **Núcleo Editorial**

Luiza Teixeira - Especialista de Proteção contra as Violências do UNICEF Brasil

Ana Carolina Fonseca - Oficial de Proteção à Criança do UNICEF no Brasil

Marcos Kalil - Oficial de Proteção à Criança do UNICEF no Brasil

Maria Isabel Ramos da Silva - Oficial de Educação do UNICEF no Brasil

Paula Marques - Oficial de Monitoramento e Avaliação do UNICEF no Brasil

Elisa Reis - Especialista de Comunicação do UNICEF no Brasil

Diêgo Lôbo - Especialista de Comunicação do UNICEF no Brasil

Aline Tavares - Oficial de Comunicação do UNICEF no Brasil

Caroline Magalhães - Oficial de Advocacy do UNICEF no Brasil

### **Projeto gráfico e diagramação**

Beto Paixão - betopaixao.jf@gmail.com - (11) 95905-1618

## **Realização**



**CERES**  
Centro para o  
Estudo da Riqueza e da  
Estratificação Social



## **Apoio**



**OPEN SOCIETY  
FOUNDATIONS**

# SUMÁRIO



## **Introdução** | Pág. 4



## **A violência armada próxima a escolas e alunos** | Pág. 8

- a) Escolas e alunos sob influência de grupos armados | Pág. 8
- b) Episódios de violência armada aguda no entorno de escolas| Pág. 13
- c) Episódios de violência armada aguda em ações policiais no entorno de escolas| Pág. 15
- d) Onde estão as escolas mais afetadas pela violência armada aguda?| Pág. 22



## **Considerações finais** | Pág. 31



## **Recomendações** | Pág. 33



## **Anexo - Mapas** | Pág. 37



# Introdução

Era uma quarta-feira de setembro de 2024 quando os jornais noticiaram o fechamento de pelo menos 27 escolas em três municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Elas ficavam dentro ou no entorno de territórios controlados por grupos criminosos armados e foram fechadas em decorrência de tiroteios na região. Essa poderia ser uma notícia pontual - mas não é.

Quase metade das escolas localizadas em 20 municípios do Grande Rio<sup>1</sup> estão em áreas controladas por grupos armados. Se considerarmos apenas a capital, trata-se da maioria delas (58,4%). Viver em territórios controlados não é apenas estar desproporcionalmente exposto ao risco e à violência. É também ter oportunidades e prospectos de vida restringidos.

Em 2024, o Instituto Fogo Cruzado (IFC) e o Grupo de Estudos dos Novos Ilegalismos da Universidade Federal Fluminense (GENI-UFF) mapearam a presença e atuação de facções de tráfico de drogas e milícias na metrópole do Rio de Janeiro entre os anos de 2008 e 2023<sup>2</sup>. Ao longo desses anos, a distribuição desses grupos no cenário das cidades se modificou significativamente, movimentando-se como peças em um tabuleiro. A política de segurança, excessivamente focada na repressão e em apenas alguns espaços da metrópole, reforçou a violência armada ao invés de combatê-la. As milícias passaram a disputar diretamente com facções de tráfico e a expandir seus negócios para novas áreas nas margens da capital. Os grupos de tráfico, por sua vez, se expandiram para áreas mais distantes dos grandes centros. Essas movimentações, realizadas ou não por meio de confrontos armados, influenciaram diretamente a vida das milhares de pessoas que habitam esses territórios.

1. São eles: Rio de Janeiro, Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Itaguaí, Japeri, Magé, Maricá, Mesquita, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, Rio Bonito, Seropédica, São Gonçalo, São João de Meriti e Tanguá. Ao longo do Relatório, referimos este universo como Região Metropolitana do Rio de Janeiro."

2. O relatório original — "Mapa Histórico dos Grupos Armados do Rio de Janeiro" — pode ser encontrado **neste link**. E os dados da atualização com o ano de 2023, **neste**.



Foto: Turma da Mônica - UNICEF.BRZ



Mas, de que forma o controle territorial<sup>3</sup> exercido por esses grupos criou armadilhas de vulnerabilização para as populações? É essa a pergunta que trabalhamos para responder nessa série que se dedica à dimensão que está mais diretamente associada à mobilidade social e à criação de oportunidades: **a educação**. Resultado de uma pesquisa realizada em parceria entre o IFC, o GENI-UFF, o Centro de Estudos sobre Riqueza e Estratificação Social (CERES-IESP) e o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), investigaremos como grupos armados impactam a trajetória escolar de crianças e adolescentes que cursam o Ensino Público, municipal e estadual, da metrópole fluminense. Avaliaremos os efeitos sobre aprendizado e taxa de abandono escolar, tentando sempre separar e diferenciar a influência de aspectos socioeconômicos do fenômeno da violência crônica<sup>4</sup>.

A maioria dos estudos sobre consequências da violência sobre a educação investiga o impacto de eventos extraordinários, como tiroteios e confrontos. Ainda que tais incidentes ocorram com alguma frequência no conjunto da metrópole, eles não constituem o dia a dia da maioria dos bairros e das favelas. O controle territorial armado implica uma exposição crônica à violência e, por certo, um potencial de eclosão em ocasiões particulares. Mas a vida sob o domínio de grupos armados é, em geral, menos um cenário de confrontos cotidianos e mais um equilíbrio tenso num ambiente entrecortado por interesses de grupos poderosos, em que a violência, seja aquela promovida por grupos criminosos ou por forças policiais, está sempre à espreita.

No contexto do Rio de Janeiro, por exemplo, o exercício de poder nos territórios dominados por grupos armados se alterou frequente-

---

**3.** O controle territorial armado é caracterizado pelo domínio que um determinado grupo exerce sobre uma determinada área geográfica e uma dada população, expresso, obrigatoriamente, em três condições: (i) na extração econômica de diferentes mercados que fazem parte dos recursos territoriais e populacionais; (ii) na capacidade de, em variados graus, intervir e/ou definir normas de conduta e padrões de comportamento; e (iii) na utilização da força (em potencial ou efetivamente) para fazer valer as duas condições anteriores.

**4.** Os autores desta pesquisa defendem que o contexto de violência armada, há décadas vigente no Rio de Janeiro, pode ser distinguido em duas dinâmicas diferentes, embora muitas vezes concomitantes. Aquela da violência crônica, caracterizada pelo controle territorial armado por grupos criminosos. E aquela da violência aguda, caracterizada pela eclosão de confrontos entre esses grupos e entre eles e as forças de segurança do Estado.



mente nas últimas décadas. Esse exercício pode se dar pela taxaço de serviços comuns, como os de transporte alternativo e fornecimento de internet, pela dominaço do ramo imobiliário, com despejos, cobranças e construções ilegais, pela regulaço dos comportamentos “permitidos” para os moradores ou mesmo pela hostilidade armada, ainda que não concretizada em atos diretos, ou seja: os moradores não estão, necessariamente, sob constante vitimizaço por meio de crimes violentos. As demais formas de exercício de poder nos territórios dominados fazem parte do que nomeamos aqui como **violência crônica**. Essas dinâmicas que citamos alteram de forma constante a vida de quem habita territórios controlados por grupos armados. Nosso objetivo é entender de que formas essas alterações ocorrem no campo da educaço.

Neste relatório, apresentaremos uma caracterizaço da situaço das escolas públicas em relaço aos territórios controlados por grupos armados na Região Metropolitana do Rio de Janeiro. Primeiro, apresentamos o “estado da arte”: quantas escolas estão localizadas em territórios controlados por grupos criminosos armados? Quantos alunos estudam sob os riscos mais acentuados da violência aguda e a tensão da violência crônica? Depois, tendo isso em vista, cruzamos dados para demonstrar o quanto essas escolas e esses estudantes estiveram, de fato, afetados por eventos extremos de violência. Por fim, apresentamos visualizaço cartográficas a fim de entender onde estão essas escolas, esses territórios e esses eventos.

Para nossas análises, utilizamos dados de 2011 a 2019 do Censo Escolar e do Sistema de Avaliaço da Educaço Básica (SAEB)<sup>5</sup>, que avalia bianualmente os conhecimentos de Língua Portuguesa e de Matemática dos estudantes da rede pública de ensino de todo o Brasil e de uma amostra da rede privada. O SAEB aplica igualmente um questionário socioeconômico, que também utilizamos para considerar de forma mais ampla os dados de performance dos estudantes de 5º e 9º anos do Ensino Fundamental, séries analisadas nesta pesquisa. Além disso, localizamos as escolas por meio do georreferenciamento do pacote *geobr*, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

Como instrumentos para medir a violência que afeta as escolas nos territórios dominados por grupos armados e redondezas, recorreremos ao Mapa Histórico dos Grupos Armados (2006-2022) e aos registros de tiroteios do Fogo Cruzado entre 2017 e 2021, que nos permitiu identificar dados como pessoas mortas em tiroteios, atuaço policial nesses eventos, entre outros. Esses instrumentos nos permitiram avaliar e diferenciar os efeitos das violências crônica e aguda sobre as escolas e os estudantes. A operacionalizaço desses dados é feita com base em três dimensões principais: o tipo de violência, como mencionamos; sua duraço temporal, considerando quanto tempo antes das provas de avaliaço ocorreram os

5. Esse recorte temporal foi determinado pela disponibilidade dos dados, uma vez que, após a implementação da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) em 2020, o acesso às informações mais recentes tornou-se restrito. Assim, após 2020, os dados disponíveis no site do Ministério da Educação (MEC) já estavam anonimizados, sem identificação das escolas, impedindo o acompanhamento do desempenho da mesma escola ou aluno ao longo dos anos. Para contornar essa limitação, utilizamos os dados disponíveis na **Base dos Dados**, um repositório disponível desde 2019 que possuía a versão anterior dos dados, possibilitando assim a continuidade das análises. Os dados do Censo Escolar também foram obtidos na Base dos Dados. A iniciativa “Base dos Dados” é uma organização não governamental sem fins lucrativos que busca ampliar e facilitar o acesso a dados de qualidade e informações públicas. A Base dos Dados obtém suas informações principalmente de fontes oficiais e outras governamentais. Especialistas e consultores auxiliam na curadoria, tratamento e padronizaço dos dados.

eventos violentos que afetaram as escolas; e sua abrangência territorial.<sup>6</sup> Os resultados desta pesquisa têm potencial de orientar políticas públicas inovadoras que visem combater os efeitos nocivos da atuação de redes do crime organizado sobre a educação. Desejamos abrir um caminho para afastar as políticas públicas da lógica do conflito e orientar para uma proposta que promova a atuação mais equilibrada e integral do Estado. A proposta é subsidiar o debate público, as ações judiciais e as políticas públicas com dados e evidências que possam construir parâmetros objetivos de forma a apoiar a tomada de decisões.



---

**6.** Mais detalhes sobre a operacionalização das variáveis estão disponíveis no relatório metodológico.

# A violência armada próxima a escolas e alunos

A caracterização dos territórios controlados por grupos armados na Região Metropolitana do Rio de Janeiro é explorada nesse estudo como forma de medir a exposição ao risco de violência nos entornos das escolas. Ainda que a falta de informações públicas dificulte aferir com precisão cada um dos mecanismos que conectam violência e educação, exploramos aqui a extensão do problema a que estão expostos centenas de milhares de alunos.

Importa-nos saber principalmente o que ocorre nas circunscrições mais imediatas das instituições educacionais. Nas páginas que seguem, analisamos a exposição dos alunos matriculados nas escolas da Região Metropolitana do Rio de Janeiro às violências crônica e aguda. Para análise de violência crônica, no primeiro tópico, verificamos quantas escolas e quantos alunos estão estudando em áreas de controle armado. No tópico seguinte, interagimos variáveis relativas ao controle territorial com variáveis relativas aos eventos agudos de violência (tiroteios graves com e sem a presença de forças policiais).

## a) Escolas e alunos sob influência de grupos armados

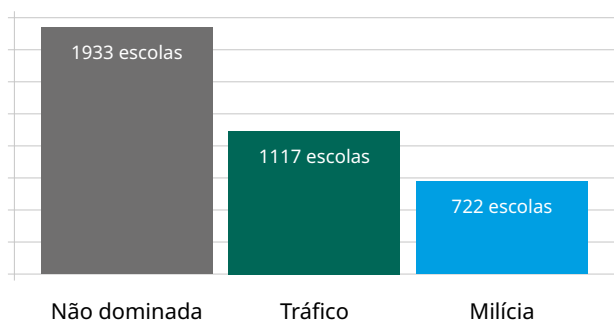
Em 2022, segundo o Mapa Histórico dos Grupos Armados (IFC, GENI-UFF) mais de 1.800 escolas públicas da Região Metropolitana do



Rio de Janeiro estavam sob influência territorial de grupos de tráfico ou milícia — o que significa quase metade das escolas na região, como vemos no gráfico abaixo. Na capital, mais da metade das escolas está em área dominada, sendo 28,4% em áreas de milícia e 30% em áreas de tráfico. Nas demais cidades da região, a proporção de escolas em áreas de tráfico é similar (29,2%), mas a influência das milícias é significativamente menor (9,6%), como vemos no gráfico 03. Salta aos olhos o dado de que a cidade do Rio de Janeiro tem apenas 41,6% de suas escolas localizadas em áreas não dominadas por grupos armados.

#### GRÁFICO 1

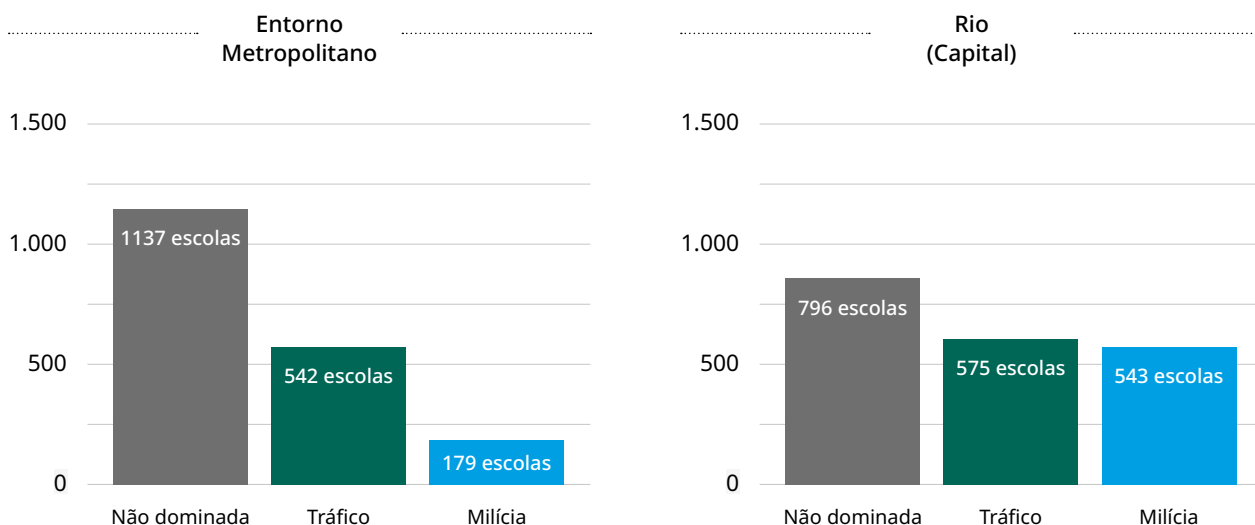
**Distribuição de escolas públicas de acordo com a caracterização do controle territorial armado - Região Metropolitana do Rio de Janeiro, 2022**



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa Mapa Histórico dos Grupos Armados (GENI-UFF / Instituto Fogo Cruzado) e do Censo Escolar da Educação Básica 2022 (INEP-MEC).

## GRÁFICO 2

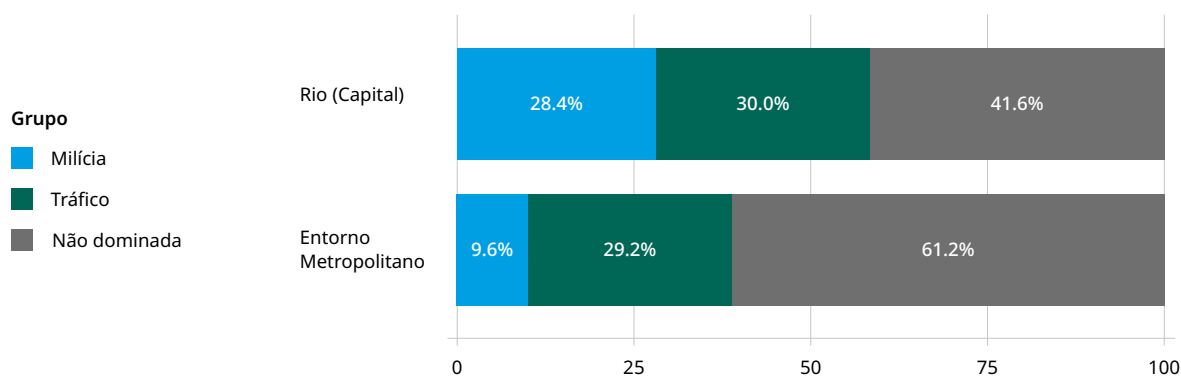
### Distribuição de escolas públicas de acordo com a caracterização do controle territorial armado - Capital e Entorno Metropolitano, 2022



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa Mapa Histórico dos Grupos Armados (GENI-UFF / Instituto Fogo Cruzado) e do Censo Escolar da Educação Básica 2022 (INEP-MEC).

## GRÁFICO 3

### Proporção de escolas públicas segundo a caracterização do controle territorial armado e a localização da escola na Capital ou no Entorno Metropolitano - Região Metropolitana do Rio de Janeiro, 2022



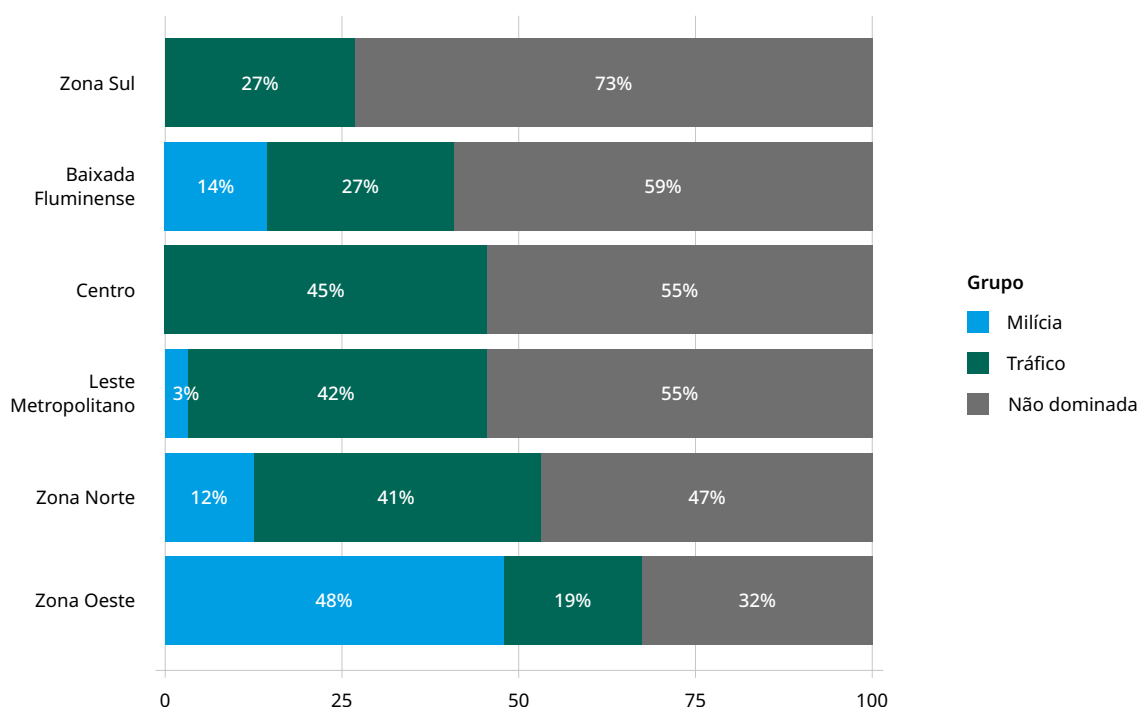
Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa Mapa Histórico dos Grupos Armados (GENI-UFF / Instituto Fogo Cruzado) e do Censo Escolar da Educação Básica 2022 (INEP-MEC).

Ao desagregar os resultados pelas sub-regiões da metrópole, vemos a confirmação de pesquisas que indicam a robusta presença de grupos milicianos na Zona Oeste da capital, com quase metade (48%) das escolas em áreas afetadas pelo seu domínio — apenas

32% das escolas da região encontram-se em áreas não dominadas. Os bairros da Zona Norte e municípios da Baixada também merecem atenção, com 12% e 14% das escolas em áreas de milícia; a maior parte, contudo, encontra-se sob influência de grupos de tráfico de drogas. Já a Zona Sul da capital — notadamente a região mais rica da metrópole — não contempla territórios de milícia e tem, num geral, a menor proporção de escolas em áreas dominadas (27%).

#### GRÁFICO 4

#### Proporção de escolas públicas segundo a caracterização do controle territorial armado e a sub-região do Grande Rio - Região Metropolitana do Rio de Janeiro, 2022



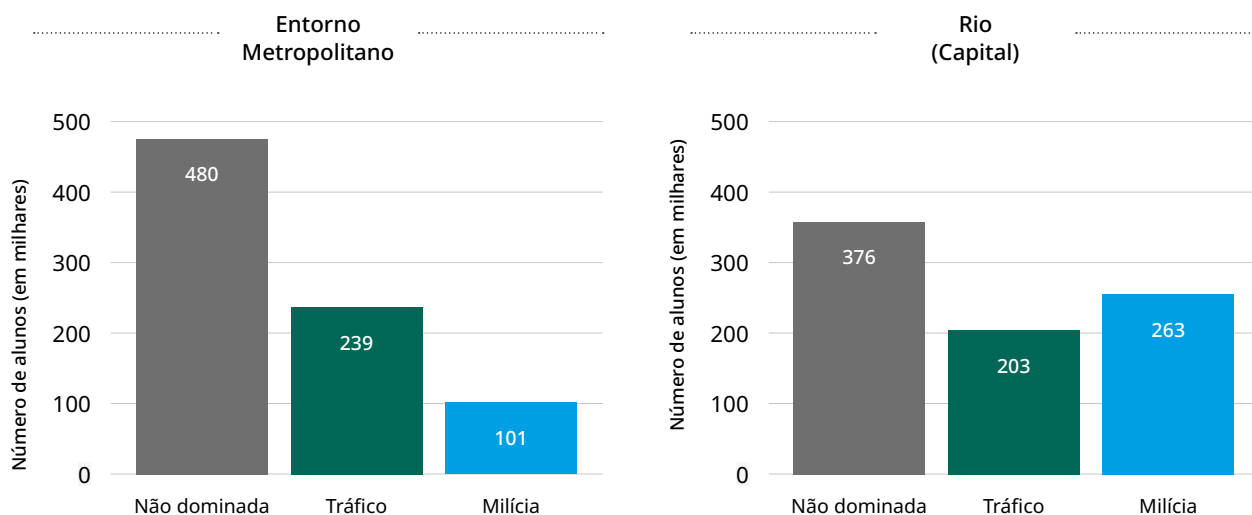
Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa Mapa Histórico dos Grupos Armados (GENI-UFF / Instituto Fogo Cruzado) e do Censo Escolar da Educação Básica 2022 (INEP-MEC).

Quando passamos a contabilizar os dados de alunos, observamos que **cerca de 800 mil estudantes do Ensino Fundamental e Médio frequentam instituições localizadas em áreas de influência de grupos armados, considerando toda a Região Metropolitana. Essa é a quantidade de crianças e adolescentes expostos aos efeitos da violência crônica associada à dinâmica imposta pelo controle armado nas regiões em que suas escolas estão** — e, muitas vezes, também sua moradia.

Em termos proporcionais, alunos em áreas dominadas correspondem a cerca de 48% do total — valor que chega a 55% na capital. Confirmando o dado anterior, há na capital uma maior quantidade de alunos em escolas localizadas em territórios dominados por grupos milicianos, como mostra o gráfico 05. Mais uma vez, os números são parecidos com os resultados por escolas, e as diferenças podem ser atribuídas ao tamanho diferenciado de cada unidade, contemplando ou não todos os anos do Ensino Fundamental e Médio, e afetando o número de alunos por escola. Áreas de milícia da capital, por exemplo, têm 31% dos alunos e 28,4% das escolas.

GRÁFICO 5

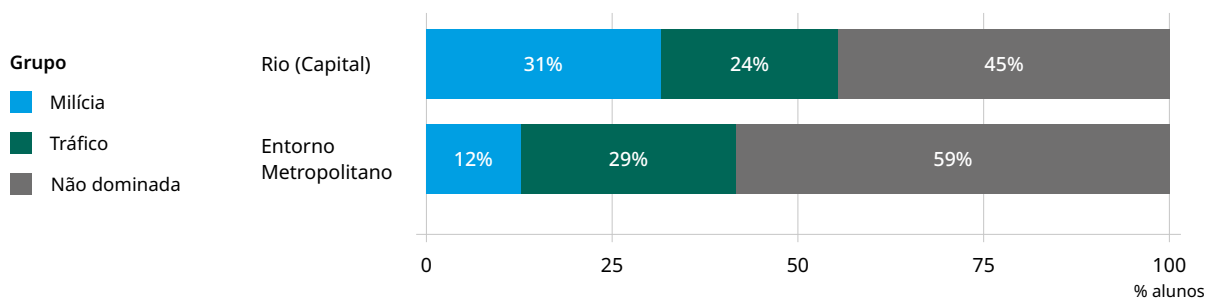
**Distribuição de alunos do Ensino Fundamental e Médio público segundo o controle territorial armado e a localização das escolas na capital ou no entorno metropolitano - Região Metropolitana do Rio de Janeiro, 2022**



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa Mapa Histórico dos Grupos Armados (GENI-UFF / Instituto Fogo Cruzado) e do Censo Escolar da Educação Básica 2022 (INEP-MEC).

GRÁFICO 6

**Proporção de escolas públicas do Ensino Fundamental e Médio segundo a caracterização do controle territorial armado e a localização na capital ou no entorno metropolitano - Região Metropolitana do Rio de Janeiro, 2022**



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa Mapa Histórico dos Grupos Armados (GENI-UFF / Instituto Fogo Cruzado) e do Censo Escolar da Educação Básica 2022 (INEP-MEC).

## b) Episódios de violência armada aguda no entorno de escolas



O controle territorial armado por grupos criminosos tem influência sobre os mais diversos ramos da vida social, desde o acesso a infraestruturas e serviços, passando por eventuais mecanismos de regulação de comportamento e sociabilização da população. No entanto, o controle territorial, por si só, não é capaz de diferenciar graus de violência a que as pessoas estão expostas: há grupos tão consolidados num território que a ocorrência de confrontos sob sua égide pode ser baixa — ainda que as ameaças de violação de direitos e violência direta contra os moradores sigam afetando seus cotidianos —, enquanto outras localidades podem viver, com maior ou menor frequência, em meio a disputas entre facções ou confrontos desencadeados por operações policiais.

A seguir, apresentamos análises feitas justamente para compreender os efeitos da violência aguda, representada pela eclosão de tiroteios em situações ou não de ações policiais<sup>7</sup>, e chamadas aqui de confrontos. Importante destacar que, em nossa contagem, consideramos o indicador “confronto-escola”, o que significa que um mesmo episódio de violência armada aguda pode ser contabilizado mais de uma vez. Por quê? Interessa-nos aqui considerar o ambiente de cada escola e, em muitos casos, uma mesma ocorrência afeta escolas diferentes. Contamos, portanto, cada vez que um confronto afetou uma escola.

Eventos de violência armada aguda nas imediações<sup>8</sup> de escolas foram contabilizados mais de 4.400 vezes<sup>9</sup> apenas em 2022. Em números absolutos, a Zona Norte concentra o maior número de ocorrências: em um ano, escolas foram afetadas por tiroteios 1.714 vezes. O número da Baixada Fluminense também é alarmante: 1.110. Os dados da Zona Sul corroboram os apresentados anteriormente: é a zona da cidade com menos escolas em áreas dominadas por grupos armados e é também a que teve menos escolas afetadas por tiroteios em 2022.

O gráfico 8 oferece outra perspectiva sobre o mesmo fenômeno, contabilizando escolas que tiveram ao menos um confronto registrado em sua vizinhança no ano. Em 2022, essa foi a realidade de 46% das escolas da Região Metropolitana<sup>10</sup>, um total de 1.687 escolas. A maioria delas localizada, mais uma vez, na Zona Norte e na Baixada Fluminense, cada sub-região com pouco mais de 500 escolas afetadas.

**7.** Para a análise de confrontos aqui apresentada foram considerados os seguintes registros de tiroteios da base do Instituto Fogo Cruzado: tiroteios sem ação policial que resultaram em pessoas baleadas; tiroteios em ações policiais; excluindo-se os casos classificados como “disparo acidental”, “tiros a esmo” e “suicídio”.

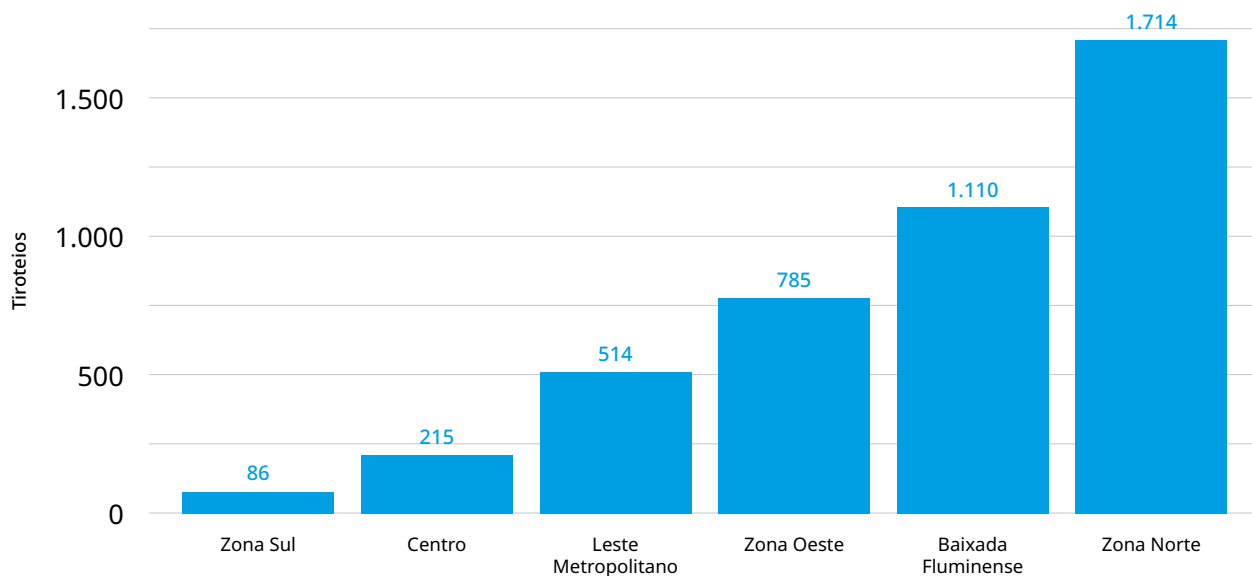
**8.** Sobre a noção de imediações, eventos de violência armada aguda são contabilizados se ocorreram em áreas (polígonos) cujos limites territoriais cruzam ou tocam o raio de 100 metros ao redor da escola.

**9.** Este montante propositalmente pode contabilizar um evento mais de uma vez, visto que um tiroteio pode ter afetado mais de uma escola de uma região. Assim, nossa unidade de análise é um “tiroteio-escola”. A dupla contabilização, cabe destacar, afeta sobretudo as escolas da Zona Norte da capital e municípios da Baixada Fluminense.

**10.** Vale acrescentar que, observada a série histórica, não há grande variação na proporção de escolas do Grande Rio afetadas por episódios de violência armada aguda. Em 2017, o patamar registrado foi de 47% e em 2019, 49%. O único ano discrepante da série, foi 2018 (56%), ano que ficou marcado pela intervenção federal no Rio de Janeiro, por disputas entre grupos criminosos e alcançou o recorde na série do Fogo Cruzado de 32 tiroteios registrados por mês.

## GRÁFICO 7

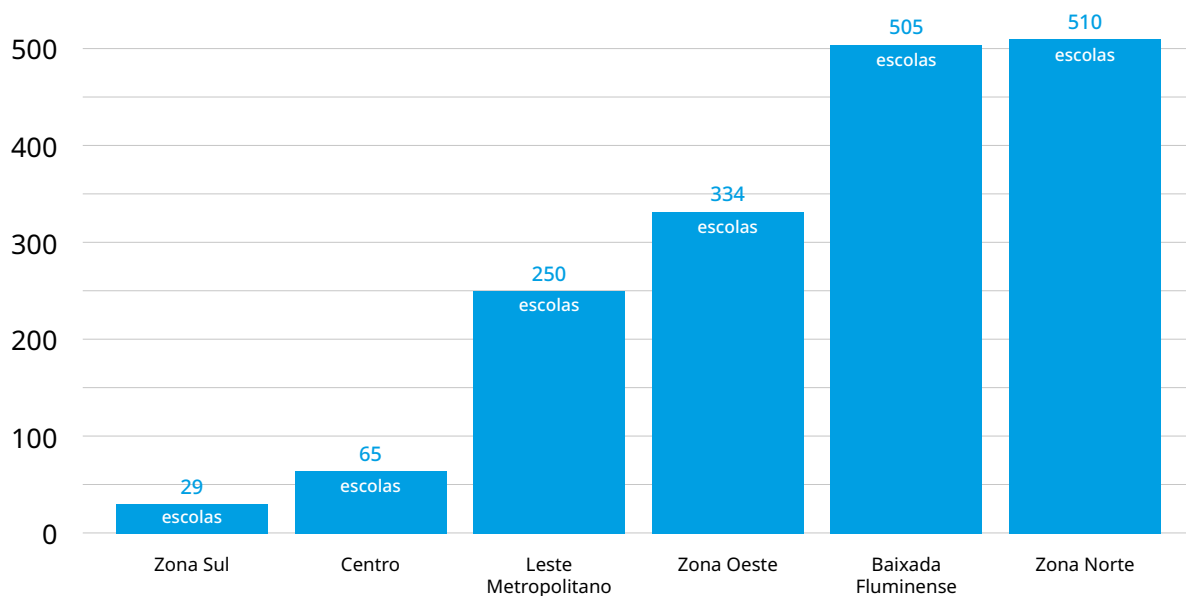
**Episódios de violência armada aguda registrados na vizinhança de escolas públicas do ensino fundamental e médio segundo a sub-região do Grande Rio - Região Metropolitana do Rio de Janeiro, 2022**



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa Mapa Histórico dos Grupos Armados (GENI-UFF / Instituto Fogo Cruzado) e do Censo Escolar da Educação Básica 2022 (INEP-MEC).

## GRÁFICO 8

**Escolas públicas do ensino fundamental e médio que registraram ao menos um episódio de violência armada aguda na sua vizinhança segundo a sub-região do Grande Rio - Região Metropolitana do Rio de Janeiro, 2022**

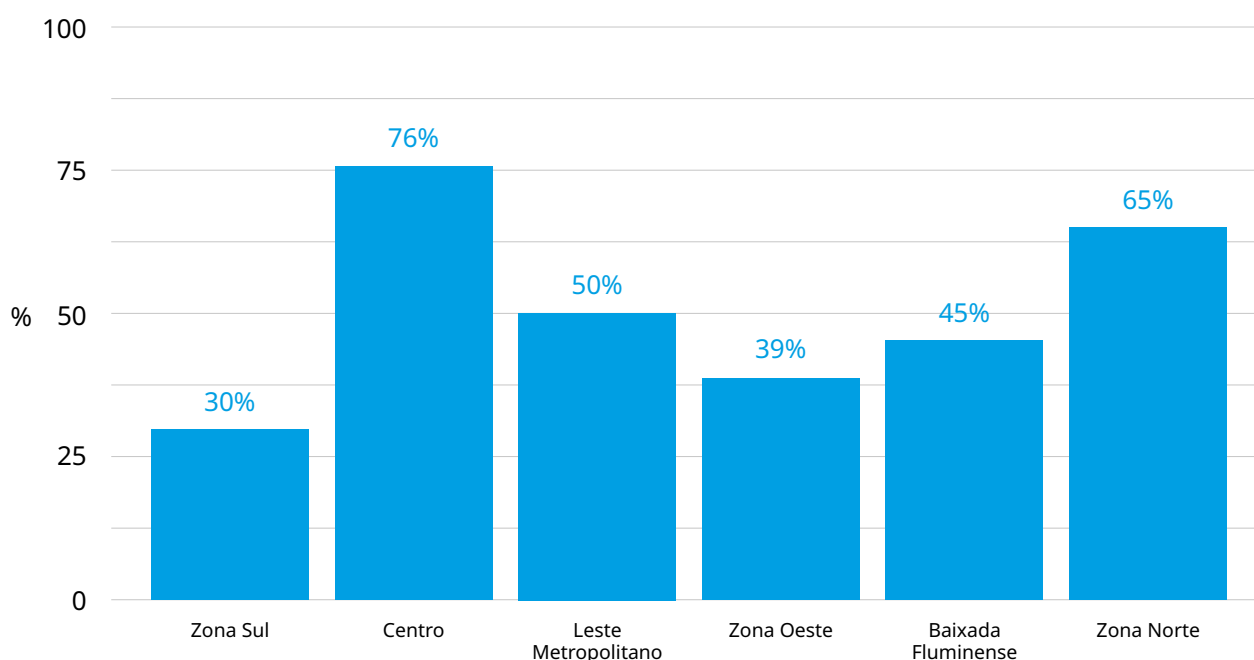


Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa Mapa Histórico dos Grupos Armados (GENI-UFF / Instituto Fogo Cruzado) e do Censo Escolar da Educação Básica 2022 (INEP-MEC).

Embora o Centro seja uma das áreas com menos escolas afetadas por confrontos (conforme visto no gráfico 8), uma mirada dos números relativos nos oferece diferente perspectiva. Trata-se da menor sub-região da cidade, em termos geográficos e populacionais, e o número absoluto de escolas influenciadas por violência armada aguda (65) representa 76% do total de escolas existentes na área. Proporcionalmente, é a região com maior número de escolas atingidas. O montante provavelmente está relacionado à alta proporção de territórios controlados por grupos armados na região. Ainda assim, mesmo proporcionalmente, a Zona Norte segue crítica, ocupando a segunda posição, seguida por Leste Metropolitano e Baixada Fluminense.

#### GRÁFICO 9

**Percentual de escolas públicas do ensino fundamental e médio que registraram ao menos um episódio de violência armada aguda em sua vizinhança segundo a sub-região do Grande Rio - Região Metropolitana do Rio de Janeiro, 2022**



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa Mapa Histórico dos Grupos Armados (GENI-UFF / Instituto Fogo Cruzado) e do Censo Escolar da Educação Básica 2022 (INEP-MEC).

### c) Episódios de violência armada aguda em ações policiais no entorno de escolas

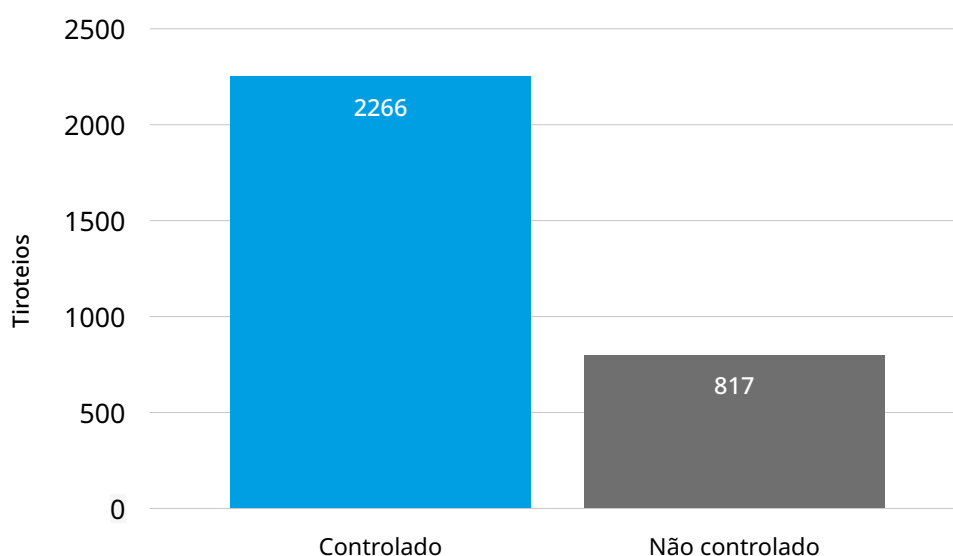
Com o objetivo de compreender os efeitos específicos da atuação das forças de segurança sobre as comunidades escolares, pas-

samos à seleção das ocorrências de confrontos nas imediações de escolas que estiveram relacionados à ação policial. Esse recorte nos oferece uma perspectiva interessante a respeito da atuação do Estado, por meio da polícia, em áreas controladas e não controladas por grupos armados.

Verificamos que, em 2022, o número de tiroteios com ação policial em áreas controladas foi quase 3 vezes maior do que em áreas não controladas. Ainda que, como visto no gráfico 1, tenhamos praticamente a mesma quantidade de escolas em territórios controlados e não controlados (49% e 51% respectivamente).

#### GRÁFICO 10

**Total de episódios de violência armada aguda em ações policiais na vizinhança de escolas do ensino fundamental e médio em territórios controlados e não controlados - Região Metropolitana do Rio de Janeiro, 2022**



Fonte: Elaboração Própria a partir de dados da pesquisa Mapa Histórico dos Grupos Armados (GENI-UFF / Instituto Fogo Cruzado) e do Censo Escolar da Educação Básica 2022 (INEP-MEC).

Quando separamos as regiões, a Zona Norte segue liderando os dados: é a região com maior número de confrontos em ação policial nas proximidades de escolas, tanto em áreas controladas, quanto em áreas não controladas, como mostra o gráfico 11.

Quando analisamos os dados de confrontos em ação policial em um recorte temporal mais extenso, entre 2017 e 2022, nos deparamos com um declínio a partir de 2020, sobretudo nos territórios controlados por grupos armados. Sabemos ser esse o momento de início da pandemia, mas a redução é maior em territórios controlados do que não controlados. Isso leva a crer que esse declínio pode

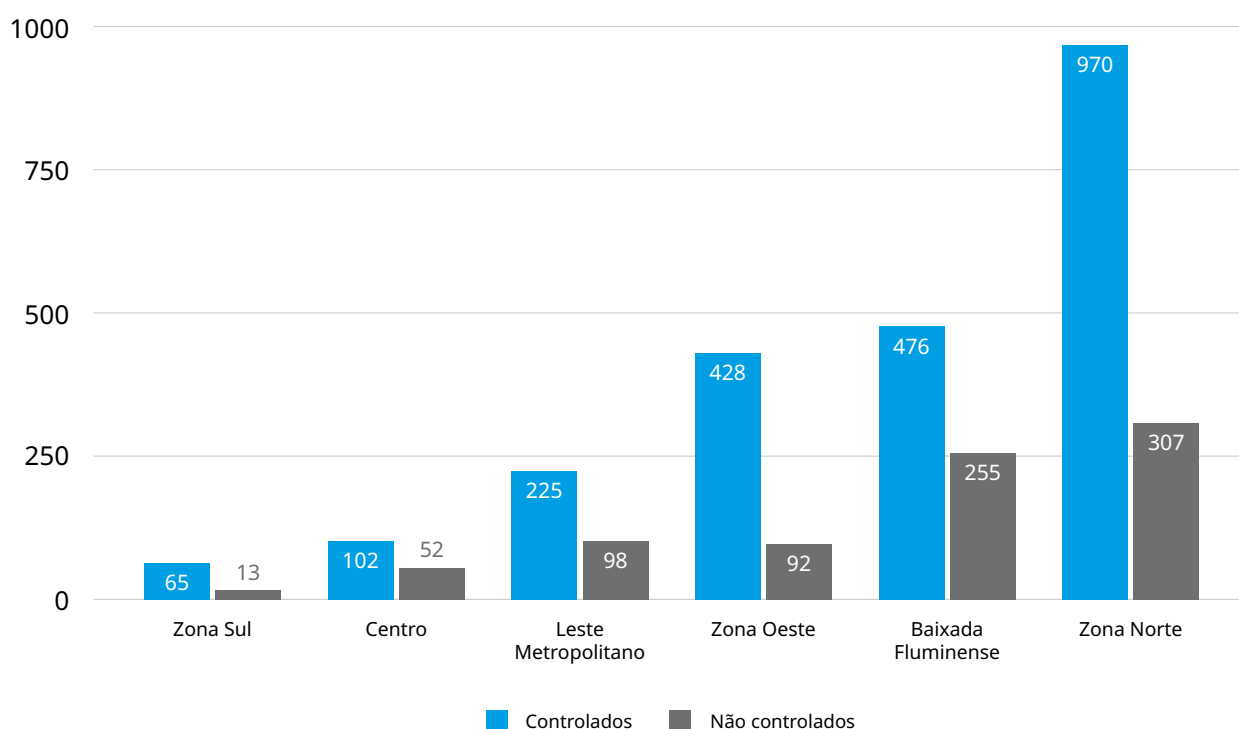


ser explicado pela implementação da Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 635 (ou “ADPF das Favelas”), que limitou a ocorrência de operações policiais nestes territórios com o objetivo de redução da letalidade.



**GRÁFICO 11**

**Total de episódios de violência armada aguda em ações policiais na vizinhança de escolas públicas do ensino fundamental e médio em territórios controlados e não controlados por sub-região do Grande Rio - Região Metropolitana do Rio de Janeiro, 2022**



Fonte: Elaboração Própria a partir de dados da pesquisa Mapa Histórico dos Grupos Armados (GENI-UFF / Instituto Fogo Cruzado) e do Censo Escolar da Educação Básica 2022 (INEP-MEC).

## A ADPF 635

A Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) nº 635, também conhecida como “ADPF das Favelas”, foi ajuizada pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB) em 2019, “afim que sejam reconhecidas e sanadas as graves lesões a preceitos fundamentais da Constituição pelo Estado do Rio de Janeiro na elaboração e implementação de sua política de

**11.** João Pedro Mattos, de 14 anos, morreu na tarde de 18 de maio de 2020, após ser atingido por um tiro de fuzil durante uma operação conjunta entre as Polícias Civil e Federal no Complexo do Salgueiro, em São Gonçalo, na Região Metropolitana do Rio. O garoto brincava com os primos na casa de parentes quando foi baleado. Ele foi levado do local no helicóptero por agentes da Polícia Civil, mas não resistiu. Seus familiares ficaram sem notícias até a manhã do dia seguinte, quando encontraram seu corpo no Instituto Médico Legal. O caso trágico gerou ampla repercussão e foi citado pelo Ministro Fachin no STF para respaldar sua decisão no caso da ADPF 635.

**12.** George Floyd foi um homem negro morto em 25 de maio de 2020 por um policial branco em Minneapolis, Minnesota, Estados Unidos. Suspeito de ter utilizado uma nota falsificada de US\$ 20,00 para comprar um maço de cigarros, foi abordado por um policial que pressionou o joelho no pescoço de Floyd por 8 minutos e 46 segundos, provocando a sua morte. O caso gerou uma onda de protestos contra a violência policial e a discriminação racial.

segurança pública, notadamente no que tange a excessiva e crescente letalidade da atuação policial voltada sobretudo a população pobre e negra de favelas”, segundo a petição inicial.

O contexto que motivou a ADPF 635 inclui um histórico de operações policiais caracterizadas pelo uso excessivo da força, frequentemente resultando em mortes de civis, incluindo crianças e adolescentes. Essas ações historicamente desproporcionais geraram preocupação entre aqueles que seriam os protagonistas da ação, como movimentos de familiares de vítimas, movimentos de favela, movimento negro e organizações de direitos humanos, que sempre denunciaram a violação sistemática dos direitos civis em operações do tipo. Ao acolher a ação, o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu o Estado de Coisas Inconstitucional da segurança pública do Rio de Janeiro, que permanece até hoje em vigência.

Em junho de 2020, o STF, sob a relatoria do ministro Edson Fachin, determinou a restrição de operações policiais em favelas do Rio de Janeiro durante a pandemia de Covid-19, exceto em casos excepcionais devidamente justificados por escrito pela autoridade competente. Essa decisão buscou minimizar os riscos à população já vulnerável diante da crise sanitária, momento em que as forças de segurança, ao revés de dar suporte à ajuda humanitária que o momento exigia, agravava seu viés repressivo. A morte do menino João Pedro<sup>11</sup>, em São Gonçalo, assim como o caso George Floyd<sup>12</sup>, nos EUA, foram elementos fundamentais da conjuntura já dramática da pandemia de Covid-19.

Posteriormente, durante o julgamento dos embargos de declaração, o STF estabeleceu liminares que apontavam para diretrizes adicionais, incluindo dentre outras a exigência de que as operações policiais fossem informadas previamente ao Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro, a proibição de operações noturnas, de mandatos genéricos, a necessidade da presença de ambulâncias durante as operações policiais, assim como a priorização de investigação dos casos envolvendo crianças e adolescentes vítimas e a proteção do perímetro escolar.

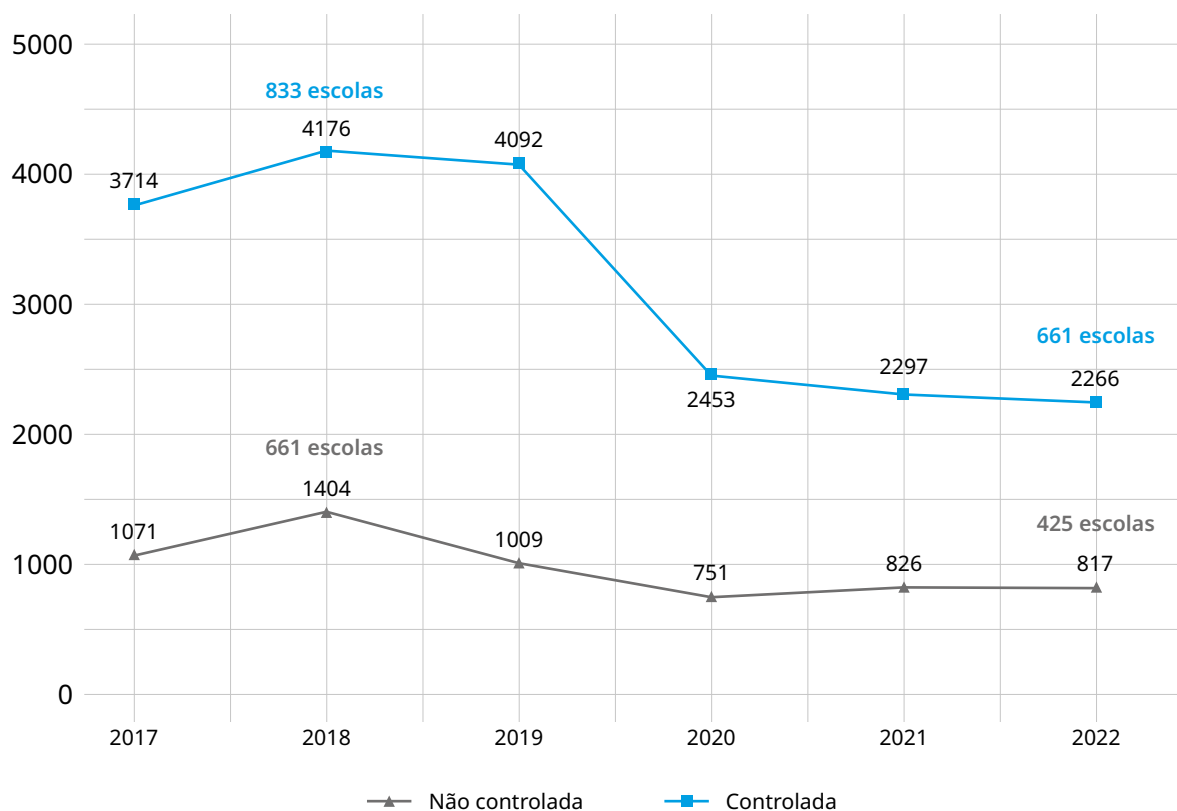
O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) por meio do Grupo de Trabalho “Polícia Cidadã”, composto por membros do poder judiciário, da sociedade civil e de policiais também contribuiu para o incremento das medidas relacionadas ao objeto da ADPF das Favelas, apresentando relatórios ao STF sobre o cumprimento das medidas determinadas e propondo recomendações para aprimorar as políticas de segurança pública no estado.

Ao longo de sua tramitação, a ADPF 635 estimulou discussões sobre a urgência de reformas estruturais nas políticas de segurança, que priorizassem a proteção da vida e dos direitos humanos, sobretudo no que diz respeito à população pobre, negra e residente em favelas e periferias urbanas.

No julgamento de mérito da ação, no dia 3 de abril de 2024, um voto de consenso assinado por todos os ministros reiterou a maior parte dos avanços desta ação, certamente a mais importante da história do Rio de Janeiro na área de segurança pública associada aos direitos humanos. No entanto, no que diz respeito a proteção de crianças e adolescentes, a Decisão gerou preocupação ao modificar algumas Cautelares que vinham apresentando bons resultados, a saber, por não mais restringir sob nenhum perímetro a realização de operações policiais nos arredores das escolas, por permitir a utilização destas como base operacional e por limitar às operações policiais planejadas (e não as emergenciais) a comunicação prévia às autoridades de educação. Neste momento, o CNMP, órgão que ficou responsável pela implementação da Decisão em GT específico, se prepara para iniciar seus trabalhos.

## GRÁFICO 12

**Total de episódios de violência armada aguda em ações policiais na vizinhança de escolas públicas do ensino fundamental e médio em áreas controladas e não controladas - Região Metropolitana do Rio de Janeiro, 2017-2022**



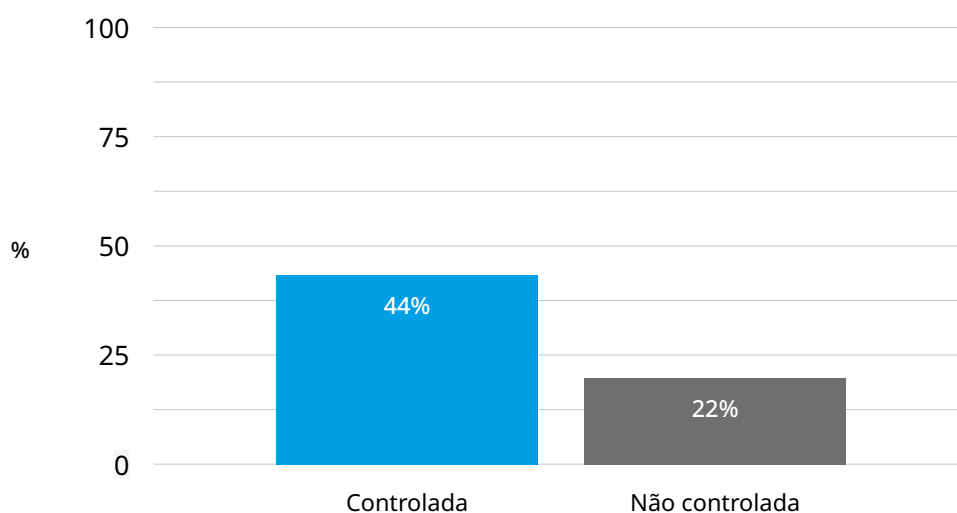
Fonte: Elaboração Própria a partir de dados da pesquisa Mapa Histórico dos Grupos Armados (GENI-UFF / Instituto Fogo Cruzado) e do Censo Escolar da Educação Básica 2022 (INEP-MEC).

Observamos ainda os dados de confrontos em ação policial em 2022 de outra perspectiva: a da quantidade de escolas afetadas. Então, outro cenário se forma: 44% das escolas públicas em territórios controlados tiveram algum evento registrado na sua vizinhança em 2022. Isto representa o dobro da proporção de escolas expostas aos confrontos com ação policial em territórios não controlados (Gráfico 13).

Desagregamos, ainda, o número por regiões, e confirmamos o padrão em todas as áreas. O percentual de escolas afetadas é sempre significativamente superior em áreas controladas por grupos armados, quando comparadas com escolas em territórios não controlados. A diferença de exposição das escolas à violência armada aguda em ação policial é maior na Zona Sul, região mais rica da cidade. Enquanto mais da metade (54%) das escolas em áreas sob controle territorial estiveram expostas pelo menos uma vez a evento do tipo em 2022, nas áreas não controladas o percentual é 15%, como pode ser visto no gráfico 14. Já o Centro, se destaca pela maior proporção de escolas expostas à violência armada aguda em ações policiais (87%).

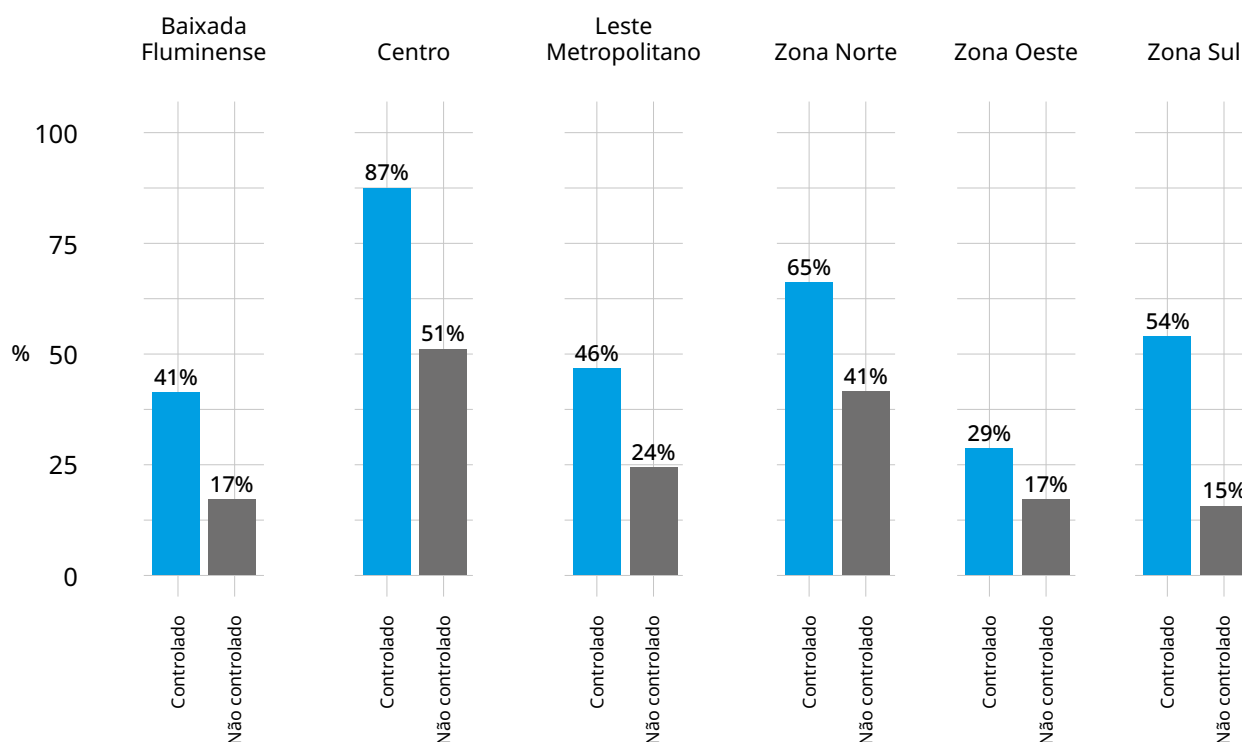
#### GRÁFICO 13

**Percentual de escolas públicas do ensino fundamental e médio que registraram ao menos um episódio de violência armada aguda em ação policial em sua vizinhança em territórios controlados e não controlados - Região Metropolitana do Rio de Janeiro, 2022**



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa Mapa Histórico dos Grupos Armados (GENI-UFF / Instituto Fogo Cruzado) e do Censo Escolar da Educação Básica 2022 (INEP-MEC).

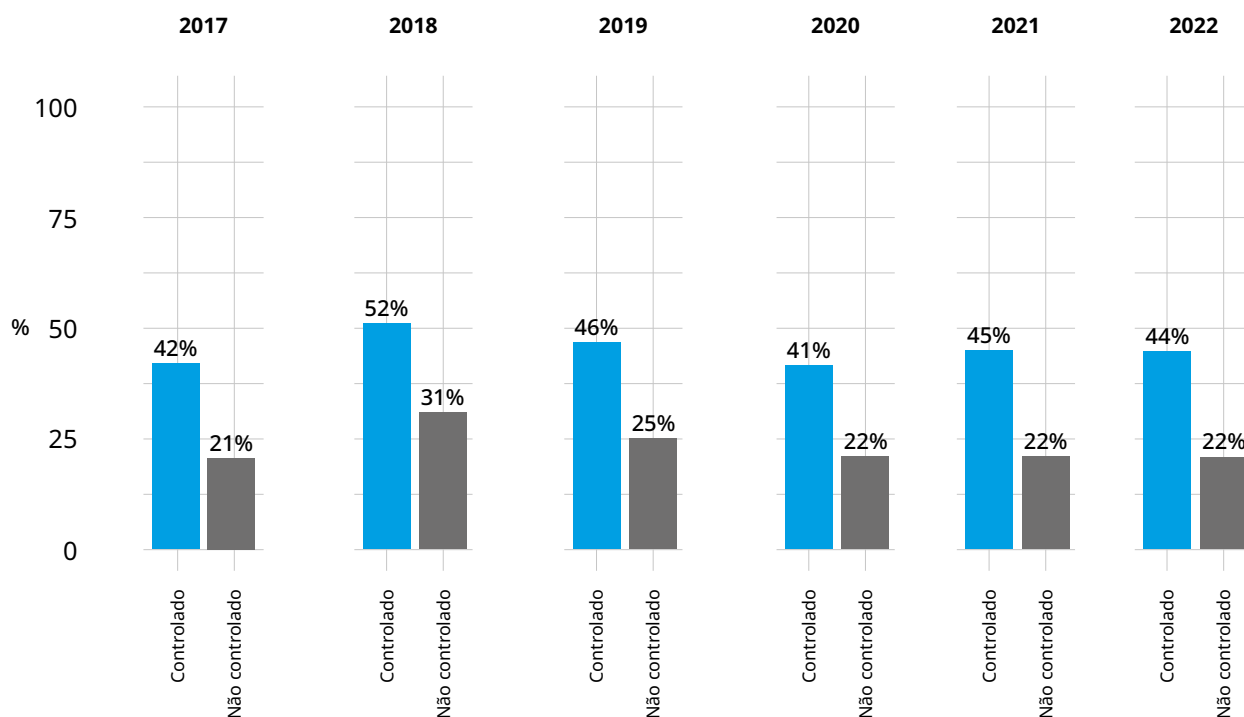
Percentual de escolas públicas do ensino fundamental e médio que registraram ao menos um episódio de violência armada aguda em ações policiais na sua vizinhança em territórios controlados e não controlados segundo a sub-região do Grande Rio - Região Metropolitana do Rio de Janeiro, 2022



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa Mapa Histórico dos Grupos Armados (GENI-UFF / Instituto Fogo Cruzado) e do Censo Escolar da Educação Básica 2022 (INEP-MEC).

Também analisamos os dados em um recorte temporal mais longo, de 2017 a 2022, e constatamos que a série contrasta com o gráfico do total de confrontos em ações policiais no mesmo período. Enquanto o gráfico 12, como vimos, mostrou uma queda significativa após 2020, quando é instituída a “ADPF das Favelas”, o gráfico 15, que apresenta as escolas afetadas, expõe um platô. Como este contabiliza as escolas afetadas **pelo menos uma vez** por tiroteios com ação policial, podemos inferir que a ADPF influencia a redução do número de confrontos, mas não necessariamente a sua distribuição. As escolas podem ser menos afetadas — ou afetadas por menos tiroteios —, mas seguem sendo afetadas por eles pelo menos uma vez.

**Percentual de escolas públicas do ensino fundamental e médio que registraram ao menos um episódio de violência armada aguda em ações policiais na sua vizinhança em territórios controlados e não controlados - Região Metropolitana de Rio de Janeiro, 2017-2022**



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa Mapa Histórico dos Grupos Armados (GENI-UFF / Instituto Fogo Cruzado) e do Censo Escolar da Educação Básica 2022 (INEP-MEC).

#### **d) Onde estão as escolas mais afetadas pela violência armada aguda?**

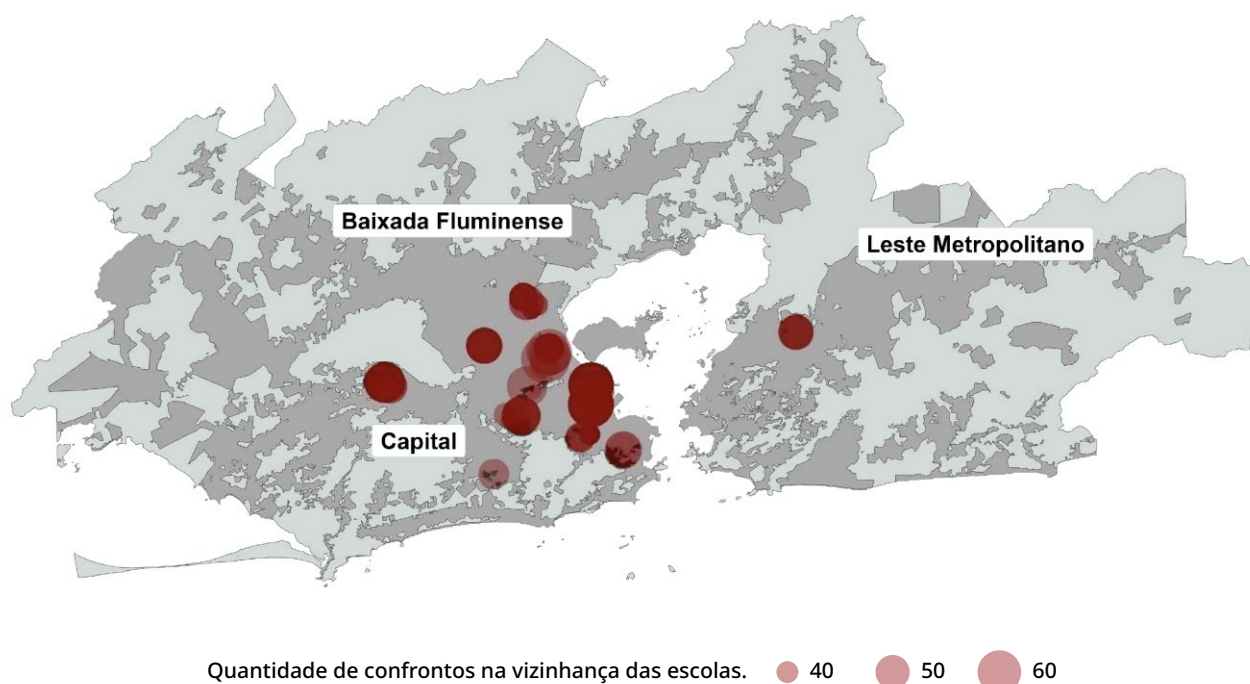
Neste tópico, pretendemos responder à pergunta: onde estão as escolas mais afetadas por confrontos? Mais uma vez, repetimos alguns recortes feitos na análise anterior, que permitem verificar a solidez dos dados, mas olhamos agora com enfoque territorial. Apresentamos, portanto, uma visualização cartográfica dos dados de violência armada aguda, considerando diferentes recortes cronológicos, de grupos armados e com ou sem envolvimento direto do Estado por meio das polícias. No anexo 1 deste relatório, disponibilizamos os mapas da Região Metropolitana do Rio de Janeiro por macrorregiões e por municípios, além do mapa do Município do Rio de Janeiro por zonas. Recomendamos que o leitor utilize estes mapas para melhor compreensão dos dados cartográficos apresentados a seguir.

A distribuição espacial de confrontos ao longo do tempo depende de cada conjuntura local: determinadas regiões são epicentros de disputas por domínio territorial por meses ou até anos; outras, consolidadas sob um grupo, podem ser alvo frequente de operações policiais; há ainda franjas urbanas de ocupação recente onde grupos milicianos ou de tráfico podem tentar impor seus negócios à base da força. Determinadas escolas localizadas nesses territórios estão, portanto, em áreas de risco de tiroteios durante boa parte do ano letivo, expondo o corpo discente e docente a impactos acumulados da violência armada.

O mapa 01 apresenta as 100 escolas com maior número de confrontos nas proximidades em 2022 — o tamanho dos círculos refere-se à quantidade de confrontos na vizinhança das escolas, e a cor mais forte indica a presença (e sobreposição) de várias escolas próximas umas às outras. Esta é a localização das escolas mais recorrentemente afetadas. É, portanto, um importante insumo para políticas públicas voltadas para a redução dos danos que esse tipo de violência representa para a educação.

#### MAPA 1

**Distribuição das 100 escolas públicas do ensino fundamental e médio que mais registraram episódios de violência aguda em sua vizinhança – Região Metropolitana do Rio de Janeiro, 2022**

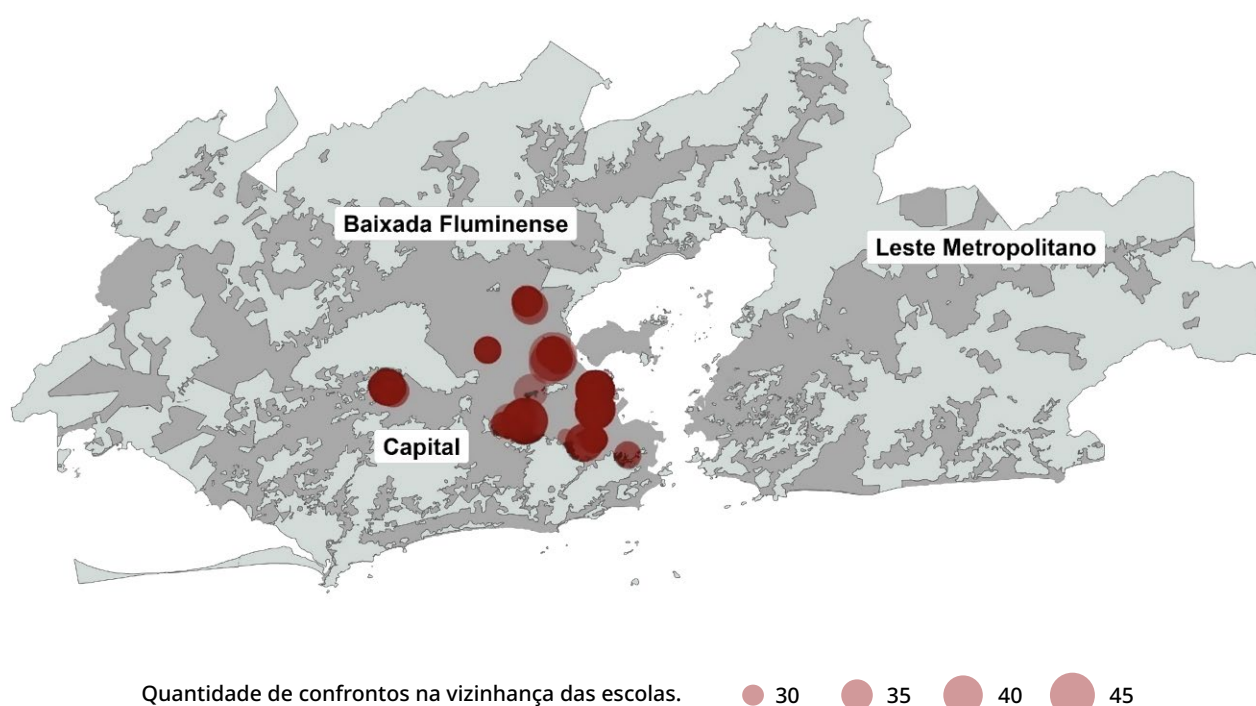


Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa Mapa Histórico dos Grupos Armados (GENI-UFF / Instituto Fogo Cruzado) e do Censo Escolar da Educação Básica 2022 (INEP-MEC).

Quando direcionamos o recorte para confrontos que não envolvam a polícia, no mapa 02, percebemos uma predominância na Zona Norte carioca, com alguns focos localizados no município de Duque de Caxias, na Baixada Fluminense. Já na Zona Oeste, apenas parte de Bangu é representada, especificamente escolas próximas à Vila Kennedy.

## MAPA 2

**Distribuição das 100 escolas públicas do ensino fundamental e médio que mais registraram episódios de violência armada aguda sem a presença de agentes policiais em sua vizinhança - Região Metropolitana do Rio de Janeiro, 2022**



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa Mapa Histórico dos Grupos Armados (GENI-UFF / Instituto Fogo Cruzado) e do Censo Escolar da Educação Básica 2022 (INEP-MEC).

O mapa 03 indica apenas confrontos com a presença de agentes policiais, revelando um padrão diferente do anterior: além das regiões citadas, emergem também escolas em São Gonçalo (regiões de Jardim Catarina e do Complexo do Salgueiro), Cidade de Deus e nas franjas urbanas da Baixada Fluminense, mais precisamente em Japeri.

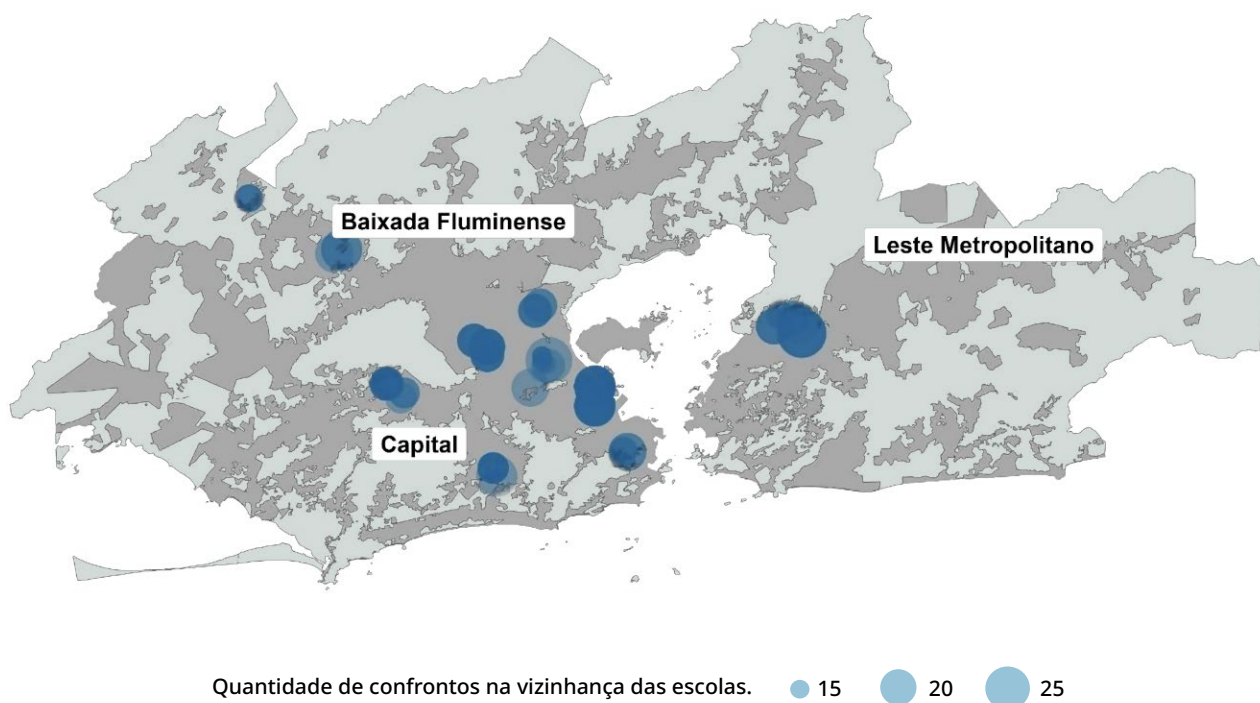
A concentração de confrontos ligados a algum tipo de ação policial, por sua vez, confirma, com pequenas diferenças, o padrão espacial do indicador geral de confrontos, exposto no mapa 01. Compreende-se, assim, que as áreas de violência armada aguda envolvendo



o Estado, por meio da polícia, são áreas com alta incidência de tiroteios. Com isso, como em dados anteriores que cruzam a atuação da polícia e a violência que afeta as escolas, podemos inferir que há uma possibilidade direta de ação do Estado para evitar os efeitos da violência armada sobre as escolas nesses territórios.

### MAPA 3

**Distribuição das 100 escolas públicas do ensino fundamental e médio que mais registraram episódios de violência armada aguda em ações policiais sua vizinhança - Região Metropolitana do Rio de Janeiro, 2022**

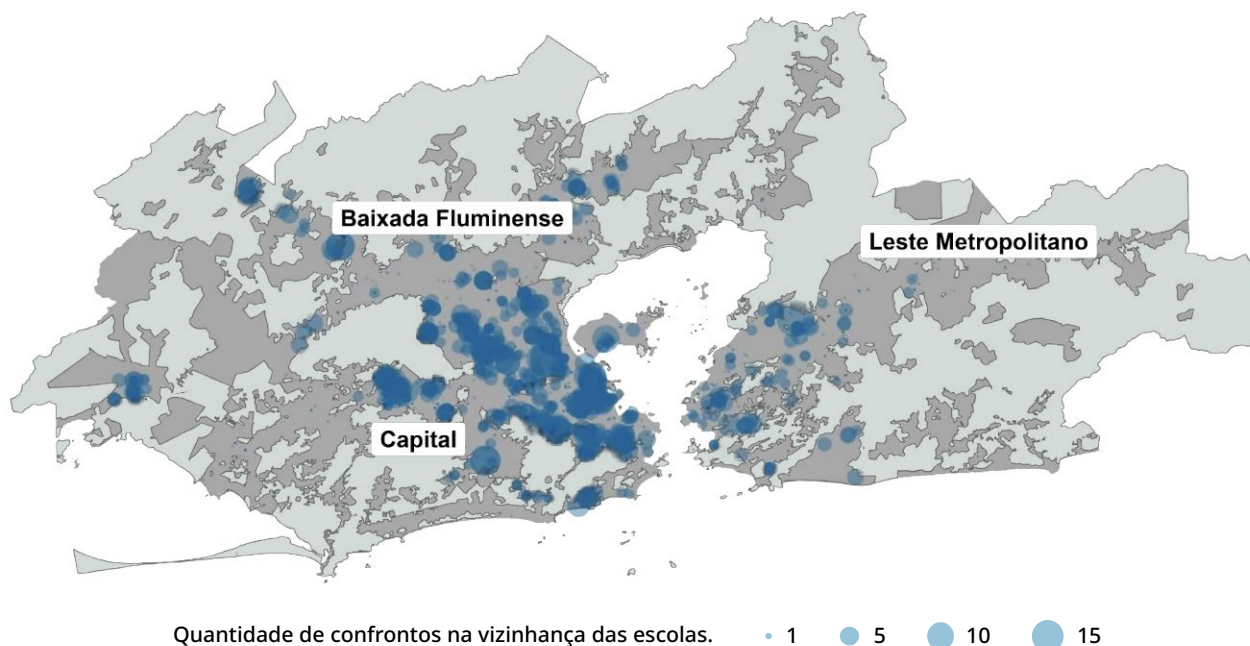


Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa Mapa Histórico dos Grupos Armados (GENI-UFF / Instituto Fogo Cruzado) e do Censo Escolar da Educação Básica 2022 (INEP-MEC).

Por fim, a exploração mais detalhada dos mapas exhibe escolas afetadas por confrontos armados ligados a ações policiais em grande parte da região metropolitana, com exceção de parte da Zona Oeste. Os mapas 04, 05, 06 e 07 apresentam todas as escolas com algum conflito armado em ação policial em 2022: primeiro, em toda a região metropolitana; em seguida, separado por capital, Baixada Fluminense e Leste Metropolitano, para melhor resolução gráfica e detalhamento.

#### MAPA 4

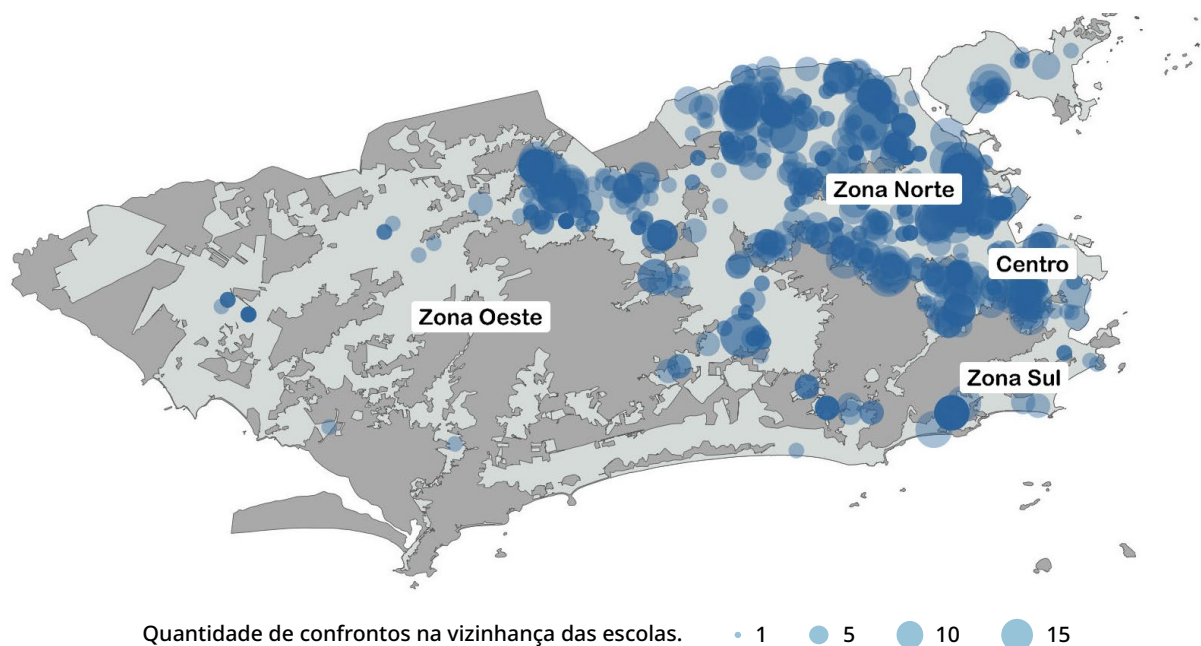
Distribuição de escolas públicas do ensino fundamental e médio que registraram episódios de violência armada aguda em ações policiais em sua vizinhança – Região Metropolitana do Rio de Janeiro, 2022



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa Mapa Histórico dos Grupos Armados (GENI-UFF / Instituto Fogo Cruzado) e do Censo Escolar da Educação Básica 2022 (INEP-MEC).

#### MAPA 5

Distribuição de escolas públicas do ensino fundamental e médio que registraram episódios de violência armada aguda em ações policiais em sua vizinhança – Rio de Janeiro (Capital), 2022

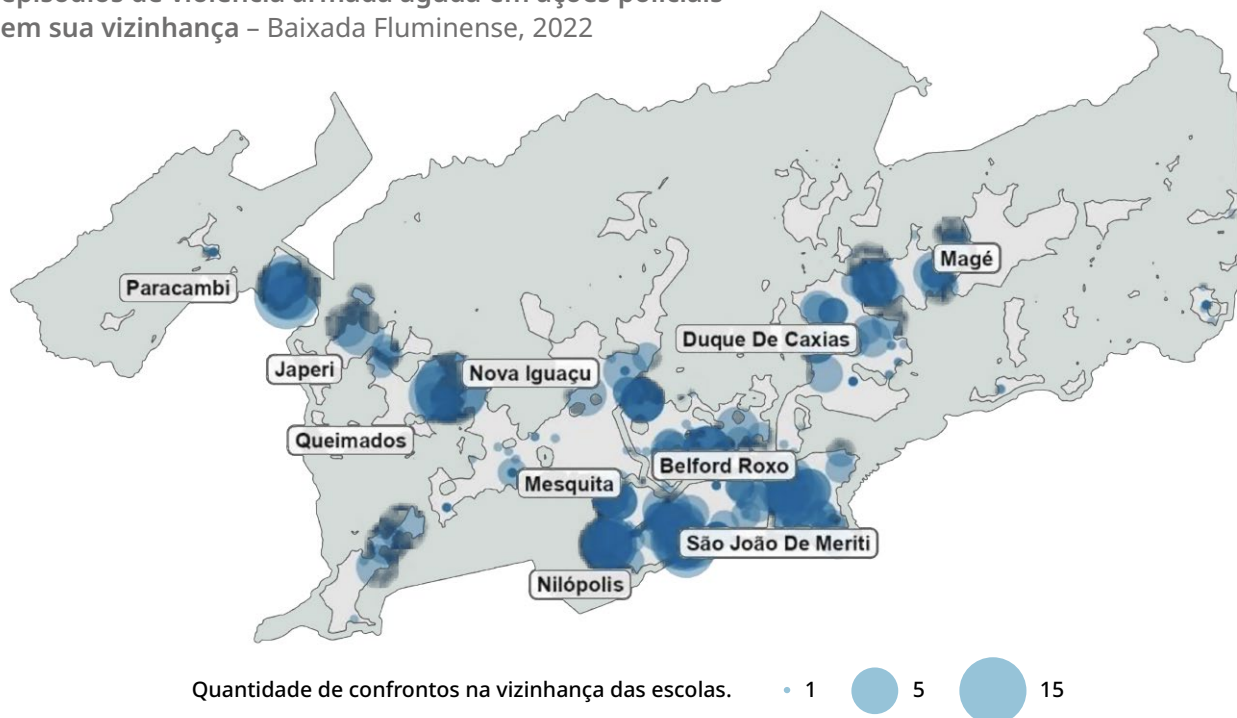


Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa Mapa Histórico dos Grupos Armados (GENI-UFF / Instituto Fogo Cruzado) e do Censo Escolar da Educação Básica 2022 (INEP-MEC).

# MAPA 6



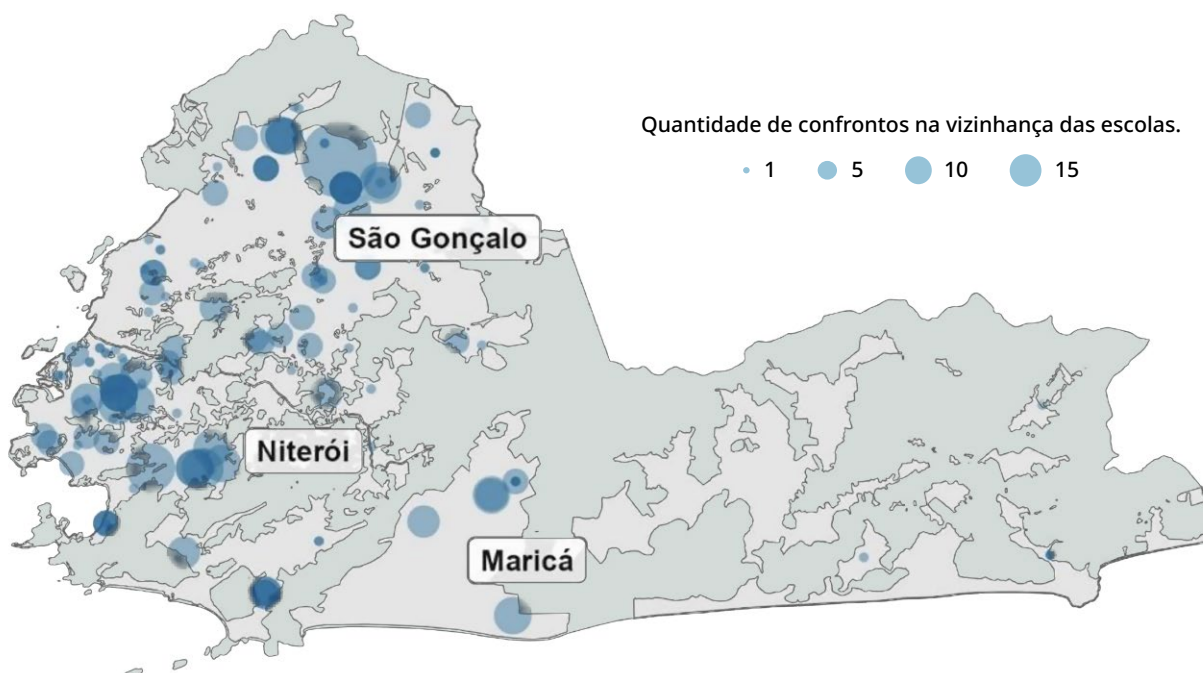
Distribuição de escolas públicas do ensino fundamental e médio que registraram episódios de violência armada aguda em ações policiais em sua vizinhança – Baixada Fluminense, 2022



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa Mapa Histórico dos Grupos Armados (GENI-UFF / Instituto Fogo Cruzado) e do Censo Escolar da Educação Básica 2022 (INEP-MEC).

# MAPA 7

Distribuição de escolas públicas do ensino fundamental e médio que registraram episódios de violência armada aguda em ações policiais em sua vizinhança – Leste Metropolitano, 2022



Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa Mapa Histórico dos Grupos Armados (GENI-UFF / Instituto Fogo Cruzado) e do Censo Escolar da Educação Básica 2022 (INEP-MEC).



**13.** Território aqui é utilizado como o nome do sub-bairro (quando a área é parte de um bairro) ou nome de favela/conjunto habitacional.

Trabalhamos, ainda, em duas listas esclarecedoras: dos territórios<sup>13</sup> com maior incidência de confrontos por ação policial ao redor de escolas; e das escolas mais afetadas por tais confrontos no seu entorno. A Maré é o bairro com maior frequência de ações policiais no entorno de escolas. Mas cabe destacar que, pelo seu tamanho (em área e população) possui também um alto número de escolas (Tabela 1).

Se olharmos pela perspectiva das escolas (Tabela 2), a lista se torna menos sensível ao tamanho dos territórios e à concentração de escolas neles. Nesta lista, uma escola em São Gonçalo figura com 18 episódios de violência armada aguda em ação policial apenas em 2022; três escolas localizadas na Penha e outras três na Pavuna também permanecem entre as mais afetadas. Os nomes das escolas foram mantidos em sigilo para não gerar estigmatização.

**TABELA 1**

### Episódios de violência armada aguda em ações policiais na vizinhança de escolas públicas do ensino fundamental e médio - Região Metropolitana do Rio de Janeiro, 2022

Território	Município	Tiroteios por ação policial na vizinhança de escolas públicas	Número de escolas
Maré	Rio de Janeiro	276	45
Conjunto Vila Kennedy	Rio de Janeiro	45	7
Manguinhos	Rio de Janeiro	42	7
Rocinha	Rio de Janeiro	42	7
Costa Barros	Rio de Janeiro	41	4
Jacarezinho	Rio de Janeiro	41	5
Chatuba - Bicão	Mesquita	34	6
Conjunto Cidade Alta	Rio de Janeiro	33	6
Conjunto Vila Aliança	Rio de Janeiro	27	3
Jardim Novo Mundo	Rio de Janeiro	24	2
Conjunto Estrada Sargento Miguel Filho	Rio de Janeiro	22	2
Cidade Parque Paulista	Duque de Caxias	21	5
Golfo da Ema	Belford Roxo	20	4
Muda	Rio de Janeiro	20	4
Tomazinho	São João de Meriti	20	5
Ueda	Itaguaí	20	7
Éden	São João de Meriti	20	6
28 de Stembro	Rio de Janeiro	19	8
Marcílio Dias	Rio de Janeiro	19	2
Gregório de Mattos	Rio de Janeiro	18	4

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa Mapa Histórico dos Grupos Armados (GENI-UFF / Instituto Fogo Cruzado)

TABELA 2



**Episódios de violência armada aguda em ações policiais na vizinhança de escolas públicas do ensino fundamental e médio segundo a escola afetada - Região Metropolitana do Rio de Janeiro, 2022**

Escola	Subdistrito	Município	Número de tiroteios por ações policiais na vizinhança de escolas públicas da educação básica
1	Área Sem Subdistrito Definido Pelo IBGE	São Gonçalo	18
2	Penha	Rio de Janeiro	16
3	Penha	Rio de Janeiro	15
4	Bangu	Rio de Janeiro	14
5	Pavuna	Rio de Janeiro	13
6	Penha	Rio de Janeiro	13
7	Maré	Rio de Janeiro	12
8	Cidade De Deus	Rio de Janeiro	12
9	Cidade De Deus	Rio de Janeiro	12
10	Méier	Rio de Janeiro	12
11	Nordeste	Queimados	11
12	Nordeste	Queimados	11
13	Ramos	Rio de Janeiro	11
14	Méier	Rio de Janeiro	11
15	Pavuna	Rio de Janeiro	11
16	Maré	Rio de Janeiro	11
17	Jacarezinho	Rio de Janeiro	11
18	Ramos	Rio de Janeiro	11
19	Pavuna	Rio de Janeiro	11
20	Jacarezinho	Rio de Janeiro	11

Fonte: Elaboração própria a partir de dados da pesquisa Mapa Histórico dos Grupos Armados (GENI-UFF / Instituto Fogo Cruzado) e do Censo Escolar da Educação Básica 2022 (INEP-MEC).



Os dados apresentados ao longo desta seção expuseram a extensão do problema: grande parte das escolas da região metropolitana do Rio de Janeiro esteve suscetível, em maior ou menor grau, a episódios de violência aguda em suas proximidades. Em números absolutos, são as da Zona Norte as mais afetadas.

Houve, ainda, uma redução dos episódios de violência armada aguda a partir de 2020, possivelmente atribuível à “ADPF das Favelas” com vistas à redução da letalidade policial. Contudo, embora exista a redução significativa do “patamar” de eventos violentos, pouco se alterou a proporção de escolas afetadas (2017-2022).



# Considerações Finais

**Os dados apresentados ao longo deste relatório revelam um cenário preocupante: 48% dos estudantes da região metropolitana do Rio de Janeiro estudam em áreas controladas por grupos armados, estando expostos cotidianamente aos efeitos da violência crônica e, por vezes, aguda.**

Este panorama, por si só alarmante, ganha contornos ainda mais preocupantes quando exploramos suas nuances geográficas. A Zona Norte da capital emerge como região particularmente vulnerável em praticamente todos os recortes analisados, concentrando o maior número absoluto de confrontos no entorno de escolas e figurando como a segunda região mais afetada em termos proporcionais, atrás apenas do Centro da capital.

A análise temporal dos dados evidenciou os efeitos da ADPF 635, chamada “ADPF das Favelas”, implementada em 2020. A medida resultou em diminuição no volume de episódios de violência armada aguda próximos a estabelecimentos educacionais. Contudo, observamos que, apesar da redução quantitativa, o padrão geográfico de concentração dos confrontos permaneceu praticamente inalterado, sugerindo que as mesmas escolas continuam vulneráveis, ainda que expostas a menos episódios ao longo do ano letivo.

Casos extremos ilustram a gravidade da situação: **a escola mais afetada por confrontos relacionados a ações policiais em 2022** - localizada em São Gonçalo - **registrou 18 ocorrências em seu entorno**. O Complexo da Maré (com 45 escolas) destaca-se como um caso crítico, acumulando 276 episódios de tiroteios em ações policiais próximos a escolas em 2022 — um número que supera em mais de seis vezes o registrado na Vila Kennedy (7 escolas), segunda área mais afetada com 45 ocorrências. Este dado evidencia a urgência de articulação entre as autoridades de segurança e educação, para que a atuação em uma esfera não comprometa o funcionamento da outra.

A correlação clara entre ações policiais e incidência de tiroteios no entorno de escolas aponta para uma via direta de intervenção estatal: a reavaliação das estratégias de segurança pública pode reduzir substancialmente a exposição de estudantes à violência armada aguda. Os dados sugerem que o próprio Estado, ao modificar suas práticas operacionais — como evidenciado pelo impacto da ADPF 635 — tem capacidade de mitigar significativamente o problema sem necessariamente comprometer seus objetivos de segurança.

De imediato, prefeituras, polícias e o governo estadual devem se articular para estabelecer protocolos de resiliência, visando mitigar os impactos da violência armada sobre os diversos aspectos da vida de crianças, adolescentes, família e comunidade escolar. O Programa Acesso Mais Seguro para Serviços Públicos Essenciais do Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV) é um exemplo exitoso em que profissionais e usuários de equipamentos da rede de proteção põem em prática mecanismos claros de acesso e permanência em espaços públicos em territórios afetados pelo controle territorial armado e por episódios de violência aguda.

Igualmente, programas de reparação de indivíduos vítimas, assim como de serviços e comunidades afetados pela violência armada, devem ser desenhados e implementados de forma transparente. A compensação de crianças, adolescentes e familiares vítimas de violência armada já vem sendo discutida, inclusive pelo Judiciário e o Legislativo. No entanto, a reparação de serviços — não só da Educação, mas também da Saúde e Assistência Social, fundamentais para a contínua proteção das comunidades — também deve ser levada em conta: parâmetros públicos de recomposição das aulas perdidas, programas de saúde mental para usuários infanto-juvenis e profissionais dos segmentos, reparos frequentes nas estruturas físicas, entre outras iniciativas de resposta à violência armada e seus efeitos.

Os resultados deste relatório oferecem subsídios valiosos para a formulação dessas e de outras políticas públicas integradas que reconheçam a interdependência entre segurança e educação.





# Recomendações

Há medidas fundamentais que precisam ser priorizadas no país, com foco no enfrentamento e redução da violência armada contra crianças e adolescentes, em especial em relação ao impacto dos confrontos armados na comunidade escolar. Essas respostas pressupõem um olhar específico para os diferentes impactos na educação, considerando características específicas das regiões, do tipo de confrontos e dinâmicas comunitárias.

Entre as principais recomendações, destacam-se:

## **1** Enfrentar e reduzir o controle territorial armado e seus efeitos sobre crianças, adolescentes e a comunidade escolar

A educação é uma ferramenta de diminuição de desigualdades e geração de oportunidades para crianças e adolescentes. O acesso e a permanência nas escolas com ensino de qualidade são uma das manifestações do princípio da Prioridade Absoluta e da doutrina da Proteção Integral. Esses pilares do Estatuto da Criança e do Adolescente também se concretizam em uma vizinhança acolhedora para crianças e adolescentes, assim como no ir e vir em segurança de toda a comunidade escolar.

O controle territorial armado, entendido como violência armada crônica, constrói um espaço em que o estresse tóxico prepondera. A saúde mental e a mobilidade são diretamente impactadas por uma atmosfera tensa entre interesses e grupos poderosos, em que a violência está sempre à espreita.

O Estado deve promover ações articuladas entre o Executivo, o Legislativo e o Judiciário para exercer o controle de armas, a persecução penal dos envolvidos em atividades criminosas, a reparação de vítimas, serviços e comunidades, a garantia da execução legalizada de serviços básicos à população e da mobilidade segura de crianças e adolescentes por todo o território, especialmente no acesso e na permanência nas escolas.

## 2

### **Integrar segurança e educação para erradicar os impactos negativos de operações policiais no entorno de escolas**

A interdependência entre segurança e educação precisa ser reconhecida. As escolas públicas devem ser espaços protegidos, e para isso é urgente a articulação entre as autoridades de segurança e educação para que a atuação em uma esfera não comprometa o funcionamento da outra. O Estado tem a capacidade de mitigar significativamente o problema sem comprometer o enfrentamento aos grupos armados.

É alarmante constatar que confrontos são uma realidade de toda a região metropolitana, mesmo em territórios não dominados. Não deve existir tolerância a qualquer nível de violência armada, sobretudo próximo às escolas. Operações policiais no entorno das escolas devem observar protocolos estritos em que a proteção de crianças e adolescentes e a garantia de seus direitos tenham preponderância. Episódios de confronto, entendidos como violência armada aguda, não podem ameaçar o direito à vida e o direito à educação de crianças e adolescentes. As equipes escolares e as famílias também devem ter seus direitos assegurados para que um ambiente de aprendizado saudável seja possível.

## 3

### **Fortalecer uma educação que protege contra as violências**

É fundamental um compromisso coletivo em torno do direito à educação de qualidade, inclusive como estratégia fundamental para a quebra dos ciclos das violências. Longe das escolas, crianças e adolescentes ficam ainda mais expostos às violências. É preciso garantir que crianças, adolescentes e equipes escolares, assim como as famílias, possam se deslocar em segurança para as escolas, estar em ambientes escolares seguros e encontrar nas escolas uma abordagem pedagógica que também fortaleça direitos. Diante dos desafios impostos pelos contextos de violência armada, é preciso encontrar caminhos para fortalecer ainda mais o acesso e a permanência

nas escolas, assim como a proteção e as condições de trabalho das equipes. As Secretarias de Educação precisam construir abordagens político-educacionais que considerem os desafios desses contextos, protegendo a comunidade escolar como um todo. Mas é fundamental que as demais áreas de políticas públicas, com destaque para a Segurança, também se coloquem como parte fundamental da proteção ao direito à educação.

4

#### **Desenhar e implementar um modelo protetivo de segurança pública para a infância e a adolescência, e enfrentar com inteligência e investigação os grupos armados no Rio de Janeiro**

Nas últimas décadas, a atuação puramente repressiva baseada em operações policiais foi uma das ferramentas mais utilizadas como estratégia de segurança pública. No mesmo período, não se observou nem a redução do controle territorial de grupos armados, nem a diminuição de confrontos de alta letalidade e impacto na vida de crianças e adolescentes. A repressão, inclusive, intensificou a violência armada e seus impactos. O confronto deve ser entendido em seu caráter excepcional, especialmente ao observar que em menos de 4% dos bairros da região metropolitana o controle territorial armado se dá de forma intensa e constantemente conflituosa.<sup>14</sup>

O enfrentamento aos grupos armados deve se dar primordialmente contra as bases econômica e política do controle territorial armado com vistas a garantir a não violação de direitos sociais, políticos, econômicos e civis. Para tanto, deve-se identificar e restringir fontes de financiamento, fiscalizar a circulação de armas de fogo, e investigar, julgar e prender integrantes de grupos armados em ações precisas. A presença das forças de segurança deve observar protocolos de proteção de base comunitária, seguindo modelos já exitosos, como as patrulhas escolares e Maria da Penha.

5

#### **Implementar a Lei Ágatha Felix e priorizar o esclarecimento de homicídios, especialmente de crianças e adolescentes**

A Lei 9.180/2021, também conhecida como Lei Ágatha Felix, em homenagem à menina de 8 anos, morta em 2019 após ser atingida por tiros de fuzil nas costas no Complexo do Alemão, foi sancionada há mais de quatro anos no Estado do Rio de Janeiro.

Pela nova lei, os procedimentos investigatórios e as comunicações internas e externas que tenham como objetivo apurar e responsabilizar crimes contra a vida ou que resultem em morte envolvendo

14. GENI-UFF; INSTITUTO FOGO CRUZADO. Grande Rio sob disputa: mapeamento dos confrontos. 2024. Disponível em: <https://fogocruzado.org.br/grande-rio-sob-disputa-mapeamento-dos-confrontos>. Acesso em: 12 maio 2025

crianças e adolescentes, deverão ser identificados com o seguinte aviso: “Prioridade - Vítima Criança ou Adolescente”.

O esclarecimento de homicídios de crianças e adolescentes, contudo, segue sendo um desafio. Os sistemas de segurança e de justiça devem fazer avançar o entendimento e a regulação sobre a priorização da investigação e da persecução criminal de casos de crimes contra a vida ou que resultem na morte de crianças e adolescentes.

## 6

### **Implementar e ampliar protocolos de resiliência em serviços e comunidades**

A violência armada crônica impõe à comunidade escolar uma rotina de controle por agentes violadores, enquanto a violência armada aguda configura eventos de confronto entre grupos armados e agentes estatais de segurança em meio à vida de crianças, adolescentes, cuidadores e profissionais da educação.

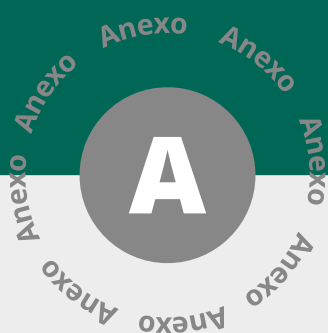
Gestores públicos e tomadores de decisão precisam oferecer medidas de redução de danos e mitigação de riscos para ambas as realidades. Experiências bem-sucedidas como o Programa Acesso Mais Seguro para Serviços Públicos Essenciais do Comitê Internacional da Cruz Vermelha (CICV) devem ser aprofundadas e ampliadas. Operações policiais devem ser acompanhadas por ambulâncias, entre outros protocolos para reduzir a letalidade e demais impactos negativos sobre a comunidade escolar e seus territórios.

## 7

### **Desenhar e implementar um modelo de reparação de serviços e da comunidade**

A reparação a crianças, adolescentes, cuidadores e profissionais pelos danos sofridos precisam ser objeto de programas, planos e políticas em nível municipal, estadual e federal para garantir acesso à justiça, saúde, assistência social e compensação pecuniária. Todos os níveis de governo também devem elaborar planos de reparação aos serviços públicos e às comunidades atingidas pelos eventos agudos de violência armada.

As secretarias de Educação junto às unidades escolares devem prever alternativas para que o tempo de fechamento tenha o menor impacto possível no aprendizado dos estudantes. Os profissionais e os usuários desses e de outros equipamentos da rede de proteção devem receber apoio psicossocial para elaborar a violência sofrida. Investimentos adequados devem ser assegurados para que instalações danificadas sejam recompostas.

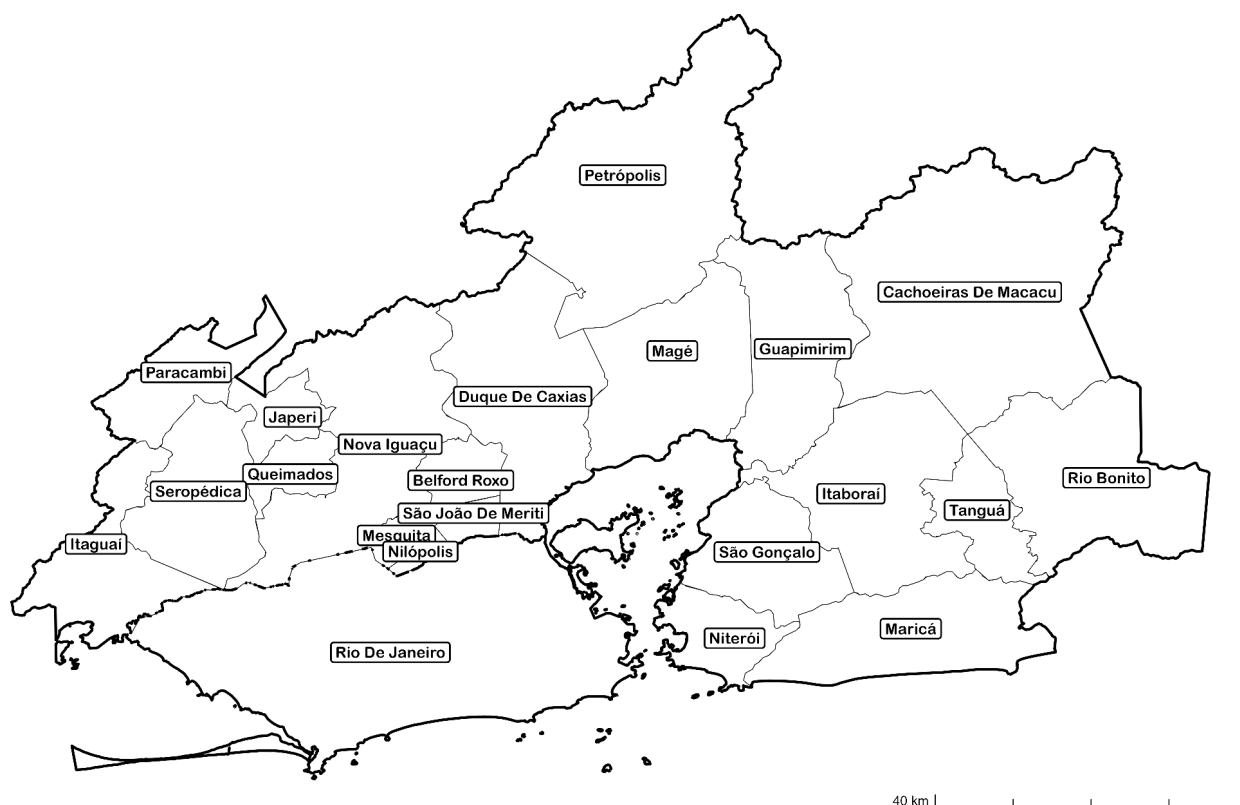


# Anexo 1

## Mapas

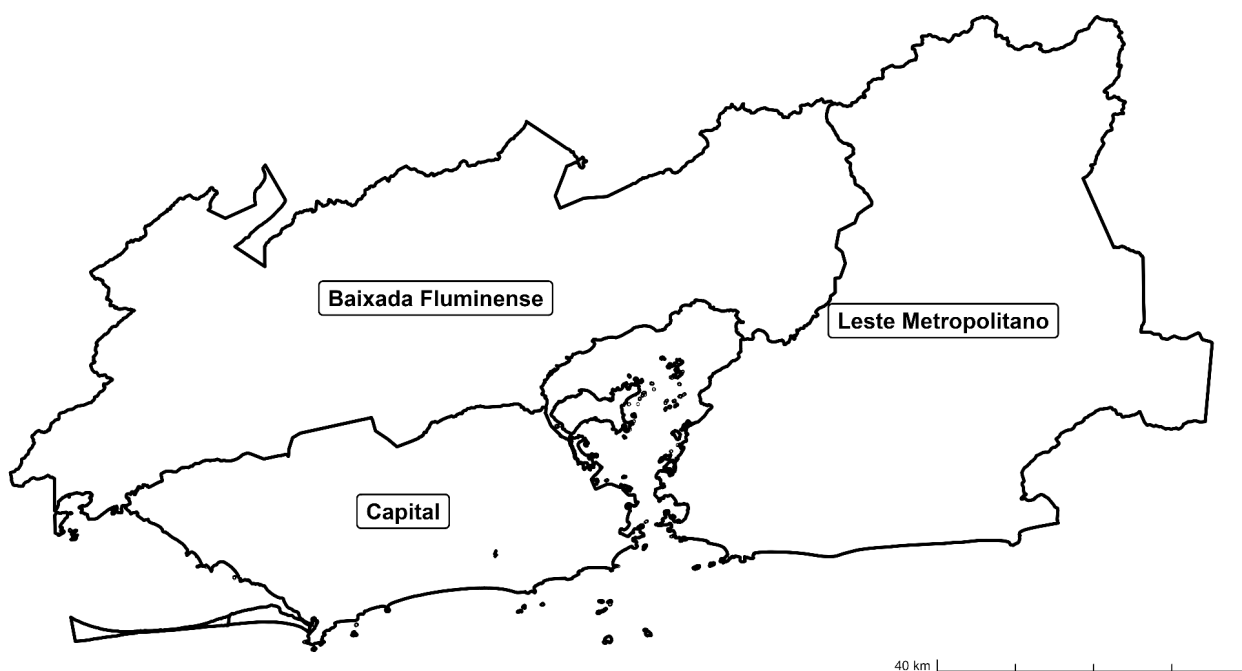
MAPA 1

Região Metropolitana do Rio de Janeiro  
Municípios integrantes da região metropolitana



## Região Metropolitana do Rio de Janeiro

Municípios agrupados por região



## Município do Rio de Janeiro

Capital agrupada por zonas



## Referências Bibliográficas

---

- Ananat, E. O., Gassman-Pines, A., & Gibson-Davis, C. M. (2011). The effects of local employment losses on children's educational achievement. In G. J. Duncan & R. J. Murnane (Eds.), *\*Whither opportunity? Rising inequality, schools, and children's life chances\** (pp. 299–315). Russell Sage Foundation.
- Alves, M. T. G., Soares, J. F., & Xavier, F. P. (2016). Desigualdades educacionais no ensino fundamental de 2005 a 2013: hiato entre grupos sociais. *Revista Brasileira De Sociologia - RBS*, 4(7), 49–82. <https://doi.org/10.20336/rbs.150>
- Barbosa, M. L.; Sant'Anna, M. J. G. O espaço urbano na escola: efeitos sobre a distribuição da qualidade. *Sociologia da Educação*, 2010, 1, p. 40-70.
- Bittar, M. (2015). Trajetórias educacionais de jovens residentes em um distrito da periferia de São Paulo. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 30(89), 47. <https://doi.org/10.17666/308947-61/2015>
- Burdick-Will, J., Nerenberg, K. M., Grigg, J. A., & Connolly, F. (2020). Student mobility and violent crime exposure at Baltimore City public elementary schools. *\*American Educational Research Journal\**. Advance online publication. <https://doi.org/10.3102/0002831220963908>
- Burdick-Will, J., Stein, M. L., & Grigg, J. (2019). Danger on the way to school: Exposure to violent crime, public transportation, and absenteeism. *\*Sociological Science*, 6\*, 1–27. <https://doi.org/10.15195/v6.a1>
- Bulman, R. C. (2004). School-choice stories: The role of culture. *\*Sociological Inquiry*, 74\*(4), 492–519. <https://doi.org/10.1111/j.1475-682X.2004.00102.x>
- Carvalho, M. P. D.. (2001). Mau aluno, boa aluna?: como as professoras avaliam meninos e meninas. *Revista Estudos Feministas*, 9(2), 554–574. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2001000200013>
- Caudillo, M. L., & Torche, F. (2014). Exposure to local homicides and early educational achievement in Mexico. *\*Sociology of Education*, 87\*(2), 89–105. <https://doi.org/10.1177/0038040714524256>
- Cavalcanti, M. (2008). Tiroteios, legibilidade e espaço urbano: Notas etnográficas de uma favela carioca. *\*Dilemas: Revista de Estudos de Conflito e Controle Social*, 1\*(1), 35–59.
- Chang, E., & Padilla-Romo, M. (2023). When crime comes to the neighborhood: Short-term shocks to student cognition and secondary consequences. *\*Journal of Labor Economics*, 41\*(4), 1–32. <https://doi.org/10.1086/725367>
- Clampet-Lundquist, S., Edin, K., Kling, J. R., & Duncan, G. J. (2011). Moving teenagers out of high-risk neighborhoods: How girls fare better than boys. *\*American Journal of Sociology*, 116\*(4), 1154–1189. <https://doi.org/10.1086/657352>
- Couto, A. A. A., & Soares, J. F. (2019). A violência na análise do contexto das escolas públicas: Evidências da rede estadual de ensino de Minas Gerais. *\*Revista Brasileira de Segurança Pública*, 12\*(2), 250–268. <https://doi.org/10.31063/rbsp.v12i2.889>
- DiPrete, T. A., & Eirich, G. M. (2006). Cumulative advantage as a mechanism for inequality: A review of theoretical and empirical developments. *\*Annual Review of Sociology*, 32\*(1), 271–297. <https://doi.org/10.1146/annurev.soc.32.061604.123127>
- Ellen, I. G., & Turner, M. A. (1997). Does neighborhood matter? Assessing recent evidence. *\*Housing Policy Debate*, 8\*(4), 833–866. <https://doi.org/10.1080/10511482.1997.9521280>
- Farrell, A. D., & Bruce, S. E. (1997). Impact of exposure to community violence on violent behavior and emotional distress among urban adolescents. *\*Journal of Clinical Child Psychology*, 26\*(1), 2–14. [https://doi.org/10.1207/s15374424jccp2601\\_1](https://doi.org/10.1207/s15374424jccp2601_1)

Fonseca, I. C. da, Rodrigues, C. G., Macana, E. C., Alves, M. T. G., & Soares, J. F. (2024). Monitoramento das trajetórias educacionais nos municípios. *Estudos Em Avaliação Educacional*, 35, e10579. <https://doi.org/10.18222/eae.v35.10579>

GENI-UFF; Instituto Fogo Cruzado. Grande Rio sob disputa: mapeamento dos confrontos .2024. Disponível em: <https://fogocruzado.org.br/grande-rio-sob-disputa-mapeamento-dos-confrontos>. Acesso em: 12 maio 2025

GENI-UFF; Instituto Fogo Cruzado. Mapa Histórico dos Grupos Armados. 2022. Disponível em: <https://fogocruzado.org.br/mapadosgruposarmados.html> Acesso em: 12 maio 2025

Gimenez, G., & Barrado, B. (2020). Exposure to crime and academic achievement: A case study for Costa Rica using PISA data. *\*Studies in Educational Evaluation*, 65\*, 100867. <https://doi.org/10.1016/j.stueduc.2020.100867>

Gonçalves, L. A. O., & Sposito, M. P. (2002). Iniciativas públicas de redução da violência escolar no Brasil. *\*Cadernos de Pesquisa*, 115\*, 101–138. <https://doi.org/10.1590/S0100-15742002000100005>

Guimarães, E. (1998). *\*Escola, galeras e narcotráfico\**. Editora UFRJ.

Harding, D. J. (2010). *\*Living the drama: Community, conflict, and culture among inner-city boys\**. University of Chicago Press. <https://doi.org/10.7208/chicago/9780226316666.001.0001>

Hirata, D. V., Grillo, C. C., & Telles, V. S. (2023). Guerra urbana e expansão de mercados no Rio de Janeiro. *\*Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 38\*, e3811003. <https://doi.org/10.1590/3811003/2023>

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2021). Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar: 2019. IBGE. <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101852.pdf>

Leeds, A., & Leeds, E. (2015). *\*A sociologia do Brasil urbano\**. Editora FIOCRUZ.

Levy, B. L. (2018). Heterogeneous impacts of concentrated poverty during adolescence on college outcomes. *Social Forces*. <https://doi.org/10.1093/sf/soy116>

Levy, B., Owens, A., & Sampson, R. J. (2019). The varying effects of neighborhood disadvantage on college graduation: Moderating and mediating mechanisms. *\*Sociology of Education*, 92\*(3), 269–292. <https://doi.org/10.1177/0038040719850146>

Machado da Silva, L. A. (2010). “Violência urbana”, segurança pública e favelas: O caso do Rio de Janeiro atual. *\*Caderno CRH*, 23\*(59), 283–300. <https://doi.org/10.1590/S0103-49792010000200004>

McCart, M. R., Smith, D. W., Saunders, B. E., Kilpatrick, D. G., Resnick, H., & Ruggiero, K. J. (2007). Do urban adolescents become desensitized to community violence? Data from a national survey. *\*American Journal of Orthopsychiatry*, 77\*(3), 434–442. <https://doi.org/10.1037/0002-9432.77.3.434>

Michaelsen, M. M., & Salardi, P. (2020). Violence, psychological stress and educational performance during the “war on drugs” in Mexico. *\*Journal of Development Economics*, 143\*, 102387. <https://doi.org/10.1016/j.jdeveco.2019.102387>

Monteiro, J., & Rocha, R. (2013). *\*Tráfico de drogas e desempenho escolar no Rio de Janeiro\**. CESOP.

Montes, G. C., & Mendes, L. (2021). Effects of violence on school dropout: A panel data analysis to Rio De Janeiro. *\*The Journal of Developing Areas*, 55\*(4), 329–354. <https://doi.org/10.1353/jda.2021.0061>

Ng-Mak, D. S., Salzinger, S., Feldman, R. S., & Stueve, A. (2004). Pathologic adaptation to community violence among inner-city youth. *\*American Journal of Orthopsychiatry*, 74\*(2), 196–208. <https://doi.org/10.1037/0002-9432.74.2.196>



O'Brien, D. T., Hill, N. E., & Contreras, M. (2021). Community violence and academic achievement: High-crime neighborhoods, hotspot streets, and the geographic scale of "community". *\*PLOS ONE*, 16\*(11), e0258577. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0258577>

Pereira Junior, E. A., & Oliveira, D. A. (2016). Indicadores de retenção e rotatividade dos docentes da educação básica. *\*Cadernos de Pesquisa*, 46\*(160), 312–332. <https://doi.org/10.1590/198053143513>

Popkin, S., Theodos, B., Roman, C., & Guernsey, E. (2008). *\*The Chicago Family Case Management Demonstration: Developing a new model for serving "hard to house" public housing families\**. Urban Institute.

Portella, A. L., Bussmann, T. B., & Oliveira, A. M. H. de . (2017). A relação de fatores individuais, familiares e escolares com a distorção idade-série no ensino público brasileiro. *Nova Economia*, 27(3), 477–509. <https://doi.org/10.1590/0103-6351/3138>

Ribeiro, E. (2013a). Impactos educacionais das Unidades de Polícia Pacificadora: Explorando efeitos sobre fluxos docentes. *\*Revista Intratextos*, 4\*(1), 27–52.

Ribeiro, E. (2013b). Vizinhança, violência urbana e educação no Rio de Janeiro: Efeitos territoriais e resultados escolares. *\*BIB – Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, 75\*, 41–87.

Sampson, R. J., Sharkey, P., & Raudenbush, S. W. (2008). Durable effects of concentrated disadvantage on verbal ability among African-American children. *\*Proceedings of the National Academy of Sciences*, 105\*(3), 845–852. <https://doi.org/10.1073/pnas.0710189104>

Schwartz, A. E., Laurito, A., Lacoe, J., Sharkey, P., & Ellen, I. G. (2022). The academic effects of chronic exposure to neighbourhood violence. *\*Urban Studies*, 59\*(14), 3005–3021. <https://doi.org/10.1177/00420980211027121>

Sharkey, P. (2010). The acute effect of local homicides on children's cognitive performance. *\*Proceedings of the National Academy of Sciences*, 107\*(26), 11733–11738. <https://doi.org/10.1073/pnas.1000690107>

Sharkey, P., & Faber, J. W. (2014). Where, when, why, and for whom do residential contexts matter? Moving away from the dichotomous understanding of neighborhood effects. *\*Annual Review of Sociology*, 40\*, 559–579. <https://doi.org/10.1146/annurev-soc-071913-043350>

Sharkey, P., Schwartz, A. E., Ellen, I. G., & Lacoe, J. (2014). High stakes in the classroom, high stakes on the street: The effects of community violence on student's standardized test performance. *\*Sociological Science*, 1\*, 199–220. <https://doi.org/10.15195/v1.a12>

Sharkey, P., Tirado-Strayer, N., Papachristos, A. V., & Raver, C. C. (2012). The effect of local violence on children's attention and impulse control. *\*American Journal of Public Health*, 102\*(12), 2287–2293. <https://doi.org/10.2105/AJPH.2012.300789>

Shonkoff, J. P., Garner, A. S., Siegel, B. S., Dobbins, M. I., Earls, M. F., McGuinn, L., Pascoe, J., & Wood, D. L. (2012). The lifelong effects of early childhood adversity and toxic stress. *\*Pediatrics*, 129\*(1), e232–e246. <https://doi.org/10.1542/peds.2011-2663>

Soares, J. F., & Alves, M. T. G. (2023). Nível Socioeconômico das escolas brasileiras (Banco de dados – versão 10 de janeiro de 2023). Núcleo de Pesquisas em Desigualdades Escolares (Nupede), Universidade Federal de Minas Gerais. <https://doi.org/10.2139/ssrn.4325674>

Soares, J. F., & Delgado, V. M. S. (2016). Medida das desigualdades de aprendizado entre estudantes de ensino fundamental. *Estudos Em Avaliação Educacional*, 27(66), 754–780. <https://doi.org/10.18222/eae.v27i66.4101>

Sposito, M. P. (2001). Um breve balanço da pesquisa sobre violência escolar no Brasil. \*Educação e Pesquisa, 27\*(1), 87–103. <https://doi.org/10.1590/S1517-97022001000100007>

Wodtke, G. T., Harding, D. J., & Elwert, F. (2011). Neighborhood effects in temporal perspective: The impact of long-term exposure to concentrated disadvantage on high school graduation. \*American Sociological Review, 76\*(5), 713–736. <https://doi.org/10.1177/0003122411420816>

Wodtke, G., Elwert, F., & Harding, D. J. (2012). Poor families, poor neighborhoods: How family poverty intensifies the impact of concentrated disadvantage on high school graduation. \*Population Studies Center Research Report, 12-776\*. University of Michigan.





# Educação Sob Cerco:

escolas do Grande Rio  
impactadas pela  
violência armada